

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 179/180

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE DEZEMBRO DE 2000**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strappasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 033/2000

Curitiba, 05 de dezembro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche a adotar outras providências pertinentes ao assunto.

O plano de lei em questão, que resulta de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Segurança Pública, do Governo e da Procuradoria Geral do Estado, consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que com a adoção da medida, será criado eficiente mecanismo legal para coibir o comércio de peças e acessórios de veículos fruto de desmanches clandestinos.

Por outro lado, merecem destaque as palavras adiante transcritas do senhor secretário de Estado da Segurança Pública, proferidas no expediente protocolado sob nº 4.446.412-8/00 que embora, breves, muito bem justificam a medida:

“A vinda da CPI do Narcotráfico ao Paraná, revelou que algumas firmas especializadas na revenda de peças usadas, encobriam uma rede criminosa, altamente rendosa, que pela sua estrutura e ramificações com outras cidades e Estados caracterizavam atividades ligadas ao crime organizado.

Em reuniões nesta pasta, com representantes de empresas do ramo e concessionárias autorizadas, chegou-se a conclusão que a ausência de uma legislação específica que controle aquela atividade não só prejudica os que trabalham legalmente como favorece os que ilegalmente a exploram”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Ficam obrigados a efetuar seu registro junto ao Departamento de Trânsito do Paraná - Detran-PR, os estabelecimentos comerciais que atuem nos ramos de:

I - desmanche e veículos automotores;

II- comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche;

III - reutilização de peças e componentes considerados inservíveis.

Parágrafo Único - Quando tratar-se de estabelecimento comercial que proceda ao desmanche de veículos deverá, ainda, cadastrar-se junto à Secretaria da Fazenda, no código específico da atividade.

Art. 2º - A saída de veículos para desmanche, assim como de peças e acessórios dele provenientes,

deverá ser destinada a estabelecimento registrado na forma prevista nesta lei.

Art. 3º - A forma de registro, o controle, os procedimentos e os relatórios a serem exigidos dos estabelecimentos comerciais, dos quais trata esta lei, serão fixados em decreto do Poder Executivo.

Art. 4º - O não cumprimento desta lei, sem prejuízo das sanções criminais e tributárias, sujeita o estabelecimento comercial infrator à autuação e à consequente aplicação das seguintes penalidades, pelo Detran-PR:

I - multa, na forma prevista no § 1º deste artigo;

II - cassação do registro de funcionamento.

§ 1º - As multas serão aplicadas da seguinte forma:

a - no valor equivalente a 3.500 FCAs - Fator de Conservação e Atualização Monetária aos estabelecimentos comerciais que não cumprirem o constante no *caput* dos arts. 1º e 2º desta lei, bem como aqueles que mantiverem em estoque as mercadorias referidas, sem a devida comprovação de origem;

b - no valor equivalente a 2.000 FCAs - Fator de Conversão e Atualização Monetária aos estabelecimentos comerciais que deixarem de cumprir as determinações fixadas no decreto de que trata o art. 3º desta lei.

§ 2º - A penalidade prevista pelo inciso II, deste artigo, será aplicada quando o estabelecimento comercial incorrer em reincidência das infrações descritas nesta lei.

Art. 5º - O estabelecimento comercial que for autuado por descumprimento das normas desta lei ou do decreto de que trata o seu art. 3º poderá:

I - apresentar reclamação da autuação ao DETRAN-PR, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência expressa da autuação;

II - impetrar recursos da imposição da penalidade aplicada pelo DETRAN-PR, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência expressa do ato punitivo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Lei nº 8.357, de 05 de setembro de 1986 e demais disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 034/2000

Curitiba, 06 de dezembro de 2000.

Senhor Presidente.

Através da presente, tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso X, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, no período compreendido entre os dias 08 e 18 do corrente mês, com destino à Europa a fim de, em Amsterdã, atendendo convite do Prince Claus Fund for Culture and Development, participar de solenidade, onde serei homenageado, com entrega, pelo príncipe da Holanda, no Palácio Real, do Prêmio Principal 2000 Príncipe Claus, dedicado às pes-

soas que mais contribuíram para a qualidade de vida e solidariedade nas cidades.

Ressalte-se que o Prince Claus Fund estimula e apóia artes e debates intelectuais em países na África, Ásia, América Latina e Caribe. Além de realizar a premiação anual, exaltar iniciativas excepcionais e conquistas no campo da cultura e desenvolvimento, o Fundo publica e financia livros e revistas e apóia conferências, redes de TV e atividades culturais.

Cada ano o Prêmio Principal e a cerimônia têm um tema específico. O Tema de 1999 era "Criando Espaços de Liberdade" e de 1998 "Estilo Africano". Neste ano o foco será dirigido a pessoas que prestam uma contribuição valiosa para o bem estar de cidades em rápido crescimento na África, Ásia, América Latina e no Caribe, através de iniciativas inovadoras, com o desenvolvimento de atividades em larga e pequena escala nas áreas de arte, arquitetura, planejamento urbano e comunicação e, com iniciativas, realizam os sonhos e esperanças de muitos para uma vida urbana melhor.

Em tal afastamento serão também tratados assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2423

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 417/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 033/2000, que estabelece normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de "desmanche" de veículos ou na comercialização de peças, etc.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

### REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 09/99, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, regulamentando o parágrafo único do artigo 190 da Constituição Estadual, criando o Con-

selho Estadual de Desenvolvimento Cultural e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) GERALDO CARTÁRIO, RICARDO CHAB, IRINEU COLOMBO, BERALDIN, ÂNGELO VANHONI, CAÍTO QUINTANA, WALDYR PUGLIESI, ALGACI TULIO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA E AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, parecer da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, sobre o artigo 36 do Regimento Interno desta Casa, sobre a imperatividade do término das atuais CPI's e sobre a impossibilidade de sua prorrogação.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Ricardo Chab, Edgar Bueno, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier e José Maria Ferreira.

#### REQUERIMENTO Nº 2439

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, manifestação da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, sobre a validade do protocolo dos pedidos de instalação de CPI's dizendo se prevalece o protocolo geral ou o protocolo da Mesa.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Ricardo Chab, Edgar Bueno, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier e José Maria Ferreira.

#### REQUERIMENTO Nº 2389

Senhor Presidente

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 62, § 3º da Constituição Estadual, e no artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após

ouvido o duto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para apurar as frequentes e sucessivas ocorrências de acidentes na malha ferroviária estadual, notadamente após a concessão do Serviço Público pela União à ALL (América Latina Logística) e, inclusive após assinatura do "Termo de Compromisso" com o IAP (24/09/2000), impõem a instauração de CPI para apurar responsabilidades e reais condições das ferrovias que, segundo noticiado a cada acidente, encontram-se deficientemente conservadas.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI, EDNO GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, CEZAR SILVESTRI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BASÍLIO ZANUSSO, CESAR SELEME, LUIZ CARLOS MARTINS, TONY GARCIA, HIDEKAZU TAKAYAMA, DIVANIR BRAZ PALMA, MILTINHO PUPIO, RICARDO MAIA, LUIZ ACCORSI, NELSON GARCIA, ÉLIO RUSCH, DURVAL AMARAL E GERALDO CARTÁRIO.

#### REQUERIMENTO Nº 2390

Senhor Presidente

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 62, § 3º da Constituição Estadual, e no artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para apurar a responsabilidade pela ação e omissão que culminou com o derramamento de óleo no Rio Iguaçu, poluindo-o gravemente, e, via de consequência, acarretando incalculáveis prejuízos ao meio ambiente e à população paranaense, sobretudo aquela que é ribeirinha e que depende do rio inquinado direta ou indiretamente, e ainda, para acompanhar as ações de recuperação e preservação do Rio inquinado.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI, TONY GARCIA, EDNO GUIMARÃES, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, CEZAR SILVESTRI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ANTONIO CARLOS BELINATI, ADEMAR TRAIANO, BASÍLIO ZANUSSO, CESAR SELEME, MILTINHO PUPIO, VALDIR ROSSONI, LUIZ ACCORSI, RICARDO MAIA, NELSON GARCIA, HIDEKAZU TAKAYAMA, ÉLIO RUSCH, DURVAL AMARAL, DIVANIR BRAZ PALMA E GERALDO CARTÁRIO.

#### REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no

artigo 62, § 3º da Constituição Estadual, e no artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar indícios de desvio de dinheiro público proveniente do PRONAF, e a cobrança de “comissão” para liberação de recursos públicos aos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por parte de integrantes do MST, no Estado do Paraná, conforme vem sendo divulgado pela mídia.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI, TONY GARCIA, EDNO GUIMARÃES, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, CEZAR SILVESTRI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ADEMAR TRAIANO, BASÍLIO ZANUSSO, VALDIR ROSSONI, MILTINHO PUPIO, THIAGO DE AMORIM NOVAES, NELSON GARCIA, DIVANIR BRAZ PALAMA, LUIZ ACCORSI, ÉLIO RUSCH, DURVAL AMARAL, GERALDO CARTÁRIO, CESAR SELEME E HIDEKAZU TAKAYAMA.

#### REQUERIMENTO Nº 2392

Senhor Presidente

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 62, § 3º da Constituição Estadual, e no artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para apurar responsabilidades quanto ao projeto e a construção do prédio do Fórum de Curitiba, do Estado do Paraná, interrompido ante a evidência de falhas técnicas, que importariam em risco de vida para os servidores e a população que o utilizaria, bem como para acompanhar a definição de alternativas para solução do impasse criado em razão da obra inacabada.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI, TONY GARCIA, EDNO GUIMARÃES, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, CEZAR SILVESTRI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ANTONIO CARLOS BELINATI, ADEMAR TRAIANO, BASÍLIO ZANUSSO, CESAR SELEME, ALGACI TULIO, RICARDO MAIA, VALDIR ROSSONI, NELSON GARCIA, HIDEKAZU TAKAYAMA, DURVAL AMARAL, DIVANIR BRAZ PALMA, LUIZ ACCORSI, ÉLIO RUSCH, GERALDO CARTÁRIO E MILTINHO PUPIO.

#### REQUERIMENTO Nº 2408

Senhor Presidente

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, conforme prevê o artigo

62, § 3º da Constituição Estadual, e no artigo 34, § 5º do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar, apurar e apresentar relatório ao Plenário, de fatos referentes à Instalação e Funcionamento dos Pedágios nas Rodovias do Paraná, por se tratar de assunto de grande interesse da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, EDGAR BUENO, JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, CEZAR SILVESTRI, IRINEU COLOMBO, MOYSÉS LEÔNIDAS, SÉRGIO SPADA, AUGUSTINHO ZUCCHI, BERALDIN, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, BETO RICHÁ, EDSON STRAPASSON, RENATO GAÚCHO, ORLANDO PESSUTI, PÉRICLES MELLO, CAÍTO QUINTANA, FERNANDO RIBAS CARLI, RICARDO CHAB, ALGACI TULIO, ANTONIO ANNIBELLI E ÂNGELO VANHONI.

#### REQUERIMENTO Nº 2409

Senhor Presidente

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, conforme prevê o artigo 62, § 3º da Constituição Estadual, e no artigo 34, § 5º do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar, apurar e apresentar relatório ao Plenário, de fatos referentes à I Edição dos Jogos Mundiais da Natureza, por se tratar de assunto de grandes interesse da comunidade paranaense e por pesar sobre o evento denúncias sobre má aplicação de recursos públicos.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, JOSÉ MARIA FERREIRA, ÂNGELO VANHONI, ADEMIR BIER, HERMES FONSECA, EDGAR BUENO, ANTONIO ANNIBELLI, NEREU MOURA, PÉRICLES MELLO, ORLANDO PESSUTI, SÉRGIO SPADA, AUGUSTINHO ZUCCHI, BERALDIN, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, CAÍTO QUINTANA, EDSON STRAPASSON, MOYSÉS LEÔNIDAS, RICARDO CHAB, WALDYR PUGLIESI, RENATO GAÚCHO E IRINEU COLOMBO.

#### REQUERIMENTO Nº 2394

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Mauro Barbosa, ocorrido no município de Arapongas.

REQUER ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encamin-

hada a Avenida Arapongas nº 479-fundos, centro, CEP 86701-000 - Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) WALDYR PUGLIESI

#### REQUERIMENTO Nº 2395

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de votos de pesar à família De Paula e à comunidade do município de Guapirama pelo falecimento do vereador Pedro de Paula, ocorrido no dia 05 de dezembro do corrente, por atentado à bala.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Pedro de Paula se destacou na sua comunidade de Guapirama pelo excelente trabalho desenvolvido na Câmara Municipal com ações que ajudaram o município e engrandeceram a cidade que o honrou, agora com o seu segundo mandato Pedro de Paula deixou viúva Dona Rosa de Paula com quem teve dois filhos, menores.

Esse deputado solicita a Presidência desta Casa que seja encaminhado ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná para que aquele Órgão organize uma Comissão Especial para apurar a violência em Guapirama que nos últimos meses vem se tornando insuportável devido à omissão do delegado local.

#### REQUERIMENTO Nº 2401

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Arcênio Carlos Henz, ocorrido no último dia 4 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada aos filhos, Paulo Henz, Geni Henz e Izolde Henz à Rua Dom Pedro, 1394, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2407

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, para a família da senhora Antonia Rossi Pascotto, falecida no último dia 02 de dezembro no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2439 A

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Pedro de Paula, vereador reeleito do município de Guapirama, falecido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Vítima de assassinato, faleceu em data de ontem o senhor Pedro de Paula, aos 41 anos no município de Guapirama.

Pedro de Paula era um líder no município de 4 mil habitantes e também na região. Cultivou ao longo de sua vida muitos amigos e correligionários políticos, já que dedicava sua vida à melhoria da qualidade de vida da população da cidade e a ajudar aqueles que dele necessitavam.

Homem de hábitos simples, sorriso fácil e muita dedicação à carreira que abraçou com amor - a política, Pedro de Paula deixa em todos nós uma lacuna impossível de se preencher. Tivemos a grata satisfação de tê-lo, mesmo por pouco tempo, como companheiro em busca de melhores condições de vida para o Município de Guapirama, pelo qual lutou até o final de sua vida.

Pedro de Paula morreu no exercício de sua função. Homem público, resumia a essência das virtudes que devem conter aqueles que trabalham pelo povo: era acessível, dedicado, trabalhador e sabia ouvir e cativar as pessoas.

Guapirama, o Paraná e todos nós perdemos um amigo, um companheiro e um grande homem. À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2396

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Paulo Frontin, pela passagem de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Hercílio João Dalazen, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Irineu Zacarias, bem como a todos os senhores vereadores para que recebam e transmitam a toda a população de Paulo Frontin, as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição queremos parabenizar a população de Paulo Frontin, que no próximo dia 14 de dezembro, irá comemorar festivamente a passagem dos 48 anos de emancipação política.

Quando o município de Paulo Frontin completa os seus 48 anos, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, uma vez mais renova sua gratidão e reconhecimento a toda a população de Paulo Frontin, que está sempre presente com sua ajuda, pois sem ela não há crescimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2397

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 16 de dezembro, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Fiori Antonio Tessaro, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Arlindo José Flores, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população de São Carlos do Ivaí estará comemorando a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 16 de dezembro.

É justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento à população de São Carlos do Ivaí, assim como aos seus administradores de todos os tempos que muito fizeram em prol do progresso do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza toda a população de São Carlos do Ivaí, augurando um futuro promissor.

#### REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de louvor e congratulações aos jornalistas Milton Ivan Heller e Maria de Los Angeles Duarte, pela lançamento do livro “Memórias de 1964 no Paraná”, em solenidade realizada no último dia quatro do corrente.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O livro lançado pelos referidos jornalistas é de fundamental importância no resgate da história do Paraná, retratando com precisão os fatos que marcaram nossa colonização e nosso desenvolvimento político.

Milton Ivan e Maria de Los Angeles realizaram um trabalho exaustivo de pesquisa que resultou nessa brilhante obra e merecem, sem dúvida nenhuma o aplauso e o reconhecimento deste Parlamento.

#### REQUERIMENTO Nº 2400

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao major QOPM Graciano Katerski Krutli, alusivos a posse como major, promovido pela Polícia Militar do Paraná, que ocorreu no último dia 5 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Dom João VI, 1420, CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2415

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Tamarana, votos de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 13 de Dezembro, e que, do presente se dê ciência ao prefeito Edson Siena através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Porecatu, votos de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 08 de Dezembro, e que, do presente se dê ciência a prefeita Neusa Maria Marciliano Campos, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Pitangueiras, votos de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 08 de Dezem-

bro, e que, do presente se dê ciência ao prefeito Odécio Ferrarini, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que sejam enviados ao município de Nova Fátima, votos de congratulações pelo seu aniversário a ser comemorado no dia 14 de Dezembro, e que, do presente se dê ciência ao prefeito Luiz Celestino de Paula, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que sejam enviados ao município de Londrina voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 10 de dezembro, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Jorge Scaff através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que sejam enviados ao município de Leópolis voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de dezembro, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Luis Antônio A. da Silva através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2421

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que sejam enviados ao município de Centenário do Sul voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de dezembro, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Antônio Mário Guirro através de correspondência.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2422

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Nova Tebas-PR, alusivos aos 12 anos de emancipação política do município, que ocorrerá no próximo dia 08 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Severo Leônidas Chociai e ao presidente da Câmara senhor Odair Medeiros de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Belo Horizonte, 695, CEP 95250-000, Nova Tebas - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, pela comemoração de 35 anos.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de 1º de dezembro deste ano o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba o nosso IPPUC comemorou 35 anos de fundação.

Criado pela Lei nº 2660, o IPPUC foi fundado durante a gestão do prefeito Ivo Arzua Pereira, que, desde o início de sua administração voltou suas atenções à elaboração de um plano diretor para a nossa capital.

Curitiba crescia e necessitava do estabelecimento de diretrizes básicas de desenvolvimento físico e social e com o fundamento em tal objetivo, em 1965, foi elaborado o Plano Preliminar de Urbanismo.

Em julho do mesmo ano, por ocasião do “Mês do Urbanismo” o plano preliminar foi apresentado e debatido durante o seminário “Curitiba de Amanhã”, oportunidade em que diversas sugestões e críticas foram devidamente anotadas com valiosos subsídios ao plano definitivo.

Deu-se então a criação da APPUC - Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, com o fim de estudar a traçar as normas a serem adotadas no plano a ser implantado. Com o acentuado desenvolvimento dos trabalhos houve a necessidade de ampliação do órgão e em 1º de dezembro de 1965 nasceu o IPPUC, com início de suas atividades em 1º de janeiro de 1966 e passou a se constituir em etapa essencial de uma trajetória destinada a dotar Curitiba de um Plano Diretor.

De lá para cá muita coisa aconteceu. Curitiba não é, nem mesmo de muito longe, aquela capital de outrora. Tem o mais moderno sistema de transportes do País (e não é coisa de hoje); possui uma estrutura urbana invejada por muitos países do mundo; é considerada Capital Ecológica, Cidade de Primeiro Mundo, entre tantos outros gloriosos títulos que freqüentemente recebe. Além disso, Curitiba, avança no sentido de estender seus



serviços e soluções à sua região metropolitana de Curitiba - é assim com o transporte coletivo que já chega à oito cidades vizinhas.

Mas essa nossa Curitiba não nasceu de um dia para o outro são anos de trabalho de equipes inteiras, integradas, reunidas em torno de um só objetivo: melhoria da qualidade de vida da população.

É claro que Curitiba enfrenta sérios problemas que muitas outras capitais também têm. Mas nem de longe temos os graves problemas que cidades com grandes concentrações populacionais como a nossa possuem. A nossa velha Curitiba, com mais de 307 anos, é uma jovem senhora, muito bem estruturada, moderna, e que segue sua caminhada dentro dos caminhos muito bem traçados pelo Plano Diretor de Curitiba.

Neste sentido, o IPPUC teve um papel fundamental na definição dos rumos de crescimento da cidade. Ao estabelecer o desenvolvimento ordenado ao longo dos eixos estruturais, o Plano Diretor possibilitou que a população tivesse uma visão global de Curitiba. Assim, cada curitibano tem na memória uma espécie de "mapa" da cidade, pois os eixos são muito visíveis e úteis na estrutura urbana. O sistema viário de Curitiba é composto de 13 tipos de vias de circulação que ordenam o tráfego.

O IPPUC concentra a produção de novas tecnologias para o desenvolvimento da cidade. Lá nasceram idéias que hoje estão incorporadas ao cotidiano da cidade, como as estações-tubo e os redutores eletrônicos de velocidade. É também o IPPUC que controla o tráfego de veículos, através do Controle de Tráfego em Área.

A grande Curitiba responde hoje por 37,5% da economia paranaense e pretende chegar a ser a quarta economia do Brasil no início desta novo século. Reconhecida nacional e internacionalmente por suas soluções inovadoras, a cidade lança-se confiante a este desafio, com a tranquilidade dos que buscam o futuro com planejamento.

Neste sentido, o IPPUC tem sido de fundamental importância - é o verdadeiro órgão administrador urbana de Curitiba. Não podemos deixar de homenagear aqui todos os que por ali passaram, escrevendo não só a história do IPPUC, mas a história dos 35 últimos anos da nossa capital que transformou-se em referência internacional.

E não podemos deixar de homenagear seu criador doutor Ivo Arzua Pereira, um visionário que vislumbrou, dentro do potencial de Curitiba, o futuro que necessitaria de diretrizes capazes de dar conta do espantoso crescimento a que se submeteu nossa cidade.

Pela comemoração dos 35 anos do IPPUC, receba a sua diretoria e todos os seus funcionários, através da pessoa do doutor Luiz Hayakawa (Rua Bom Jesus, 669 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em ata da sessão de hoje, votos de congratulações ao diretor presidente da Folha de Tamandaré representada na pessoa do senhor Leônidas Antonio Rodrigues Dias, pelos 15 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Folha de Tamandaré tem circulação oficial nos municípios de Almirante Tamandaré, de iniciativa própria de propriedade do senhor Leônidas Antonio Rodrigues Dias, com o objetivo de levar a verdade sem retoque.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao senhor diretor presidente Leônidas Antonio Rodrigues Dias, à Rua Rolândia, nº 70, Ahú - CEP 82.560-110 - Curitiba - PR.

REQUERIMENTO Nº 2398

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Envio de expediente ao Excelentíssimo secretário de Estado dos Transportes, no sentido de atender ao pleito (em anexo) da Prefeitura Municipal de Paranaguá, o qual solicita estudos de manutenção dos acessos portuários.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2404

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido atender o pedido da senhora Marlene Martins Maciel, residente à Rua Marrocos nº 190 - Jardim Grazielle - Município de Almirante Tamandaré, a qual pede uma maior atenção quanto ao serviço de entrega de correspondências no bairro em que reside, o qual, afirma ela, é muito precário. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-4803.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO 2405

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Juiz Danilo Bertolino Précoma nº 89 - Bairro Cidade Jardim, os quais pedem a implantação de anti-pó na rua em que residem. Tal

pedido já foi feito várias vezes para a Prefeitura, a qual se comprometeu a atender a reivindicação, porém até a presente data não atendido.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO 2411

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, nos termos constitucionais, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao senhor Secretário de Estado da Fazenda e ao presidente da Copel, no sentido de que forneça esclarecimentos sobre a atual situação da Copel, especificando a quantidade de ações em poder do governo do Estado do Paraná, quantidade de ações, em poder de terceiros, indicando seus titulares; e ademais, a situação das ações junto ao Banestado, hoje sob o controle acionário do Banco Itaú. Solicita ademais, quais as providências que o Estado e a Copel estão desenvolvendo no sentido de manter a empresa (Copel) sob o controle acionário do Estado, entre outros face à situação das ações hoje em poder do Banestado/Itaú.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, nos termos constitucionais, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja enviado expediente ao senhor presidente da Copel, doutor Ingo Hubert, e ao presidente da Fundação Copel, a fim de que esclareçam o envio de cerca de R\$ 13 milhões de reais para três projetos da Sudan: a Usina Hidrelétrica Eduardo Magalhães, no rio Tocantins, o projeto Agropecuário Nova Holanda, no Pará e o Programa Tenusa, Indústrias Alimentícias, no Mato Grosso, além dos recursos da Copel enviados para aquisição de ações da Usimar Componentes Automotivos S/A, de São Luís, no Maranhão, esta última sendo investigada por suspeita de fraude em outro projeto da Sudan.

Solicita-se, ademais, que nos esclarecimentos se especifique: se é política da Copel a aquisição de ações ou investimentos em empresas não relacionadas à geração de energia elétrica, e no caso de empresas de geração elétrica, qual o critério utilizado para tal investimento: o Conselho de Administração e outros órgãos superiores da COPEL e mesmo da Fundação Copel, se for o caso, autorizaram as transações? Por que não investiram no Paraná e na geração de energia elétrica? Quais os critérios utilizados nas transações e negócios? Qual a situação atual da empresa face aos investimentos?

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, nos termos constitucionais, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER seja enviado expediente ao senhor governador do Estado, doutor Jaime Lerner, no sentido de que viabilize com a urgência necessária a questão relacionada ao titular da Secretaria de Estado da Fazenda e da presidência da Copel. A atual situação de acúmulo de cargos inevitavelmente colocará em risco ou uma ou outra Instituição, ou ambas, com sérios prejuízos para a população e para o Estado do Paraná. É notório que o Estado possui pessoas da maior inteligência e capacidade e que poderiam servir ao Estado através de suas instituições.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares e ao Diretor-Geral do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando providências urgentes quanto às condições de tráfego das estradas vicinais do interior do Paraná, que encontram-se em condições precárias.

Em diversos trechos das estradas vicinais do Estado, as quais estão fora do anel de integração e portanto sob responsabilidade do Governo do Estado, os buracos são encontrados às dezenas. Em determinados locais os asfaltos praticamente se desmancha.

A má conservação das estradas vicinais, como por exemplo em Tibagi, já causou prejuízos a muitas pessoas, e está prejudicando também o transporte escolar, pois quando chove os alunos ficam sem frequentar a escola por alguns dias.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando providências quanto à segurança do município de Ponta Grossa.

Segundo o Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa, em reunião ordinária realizada no final do mês de novembro deste, o comandante do 1º batalhão de Polícia Militar informou que em aproximadamente dez dias, o regular policiamento estará desprovido de combustível, e que o mesmo já vem fazendo extrema economia fugindo do ideal desejado e necessário.

Solicito então que sejam tomadas as medidas cabíveis para que Ponta Grossa não fique sem policia-

mento por falta de combustível, condição mínima de sua situação.

REQUER ainda, que da decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao Conselho Comunitário de Segurança, em nome do presidente Douglas Franchin Taques Fonseca, na Rua Comendador Miró, 860 - Ponta Grossa - PR - 84010-160.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública e à Corregedoria Geral da Polícia Civil, solicitando que estude a possibilidade de substituição do delegado de Polícia Civil de Santa Helena, tendo em vista a inabilidade de tratar com imparcialidade as questões locais, levando a amplo descontentamento a população; a um clima de tensão e violência, bem como, a descrença em suas futuras ações policiais.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Justiça e à Corregedoria Geral de Justiça, solicitando que estude a possibilidade de ações no sentido de apaziguar os ânimos na comarca de Santa Helena-PR, tendo em vista que os agentes da Justiça possuem a inabilidade de tratar com imparcialidade, tanto os assuntos formalizados nos atos, como na abordagem à imprensa local, levando a amplo descontentamento, a um clima de tensão e violência, bem como, a descrença em suas futuras decisões em livre arbítrio.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O referido juiz tem adotado posturas, conforme atesta documentos em anexo, que só contribuem para o acirramento dos ânimos, a um clima de descontentamento e violência.

É recomendável a um prestimoso magistrado fugir de intrigas e controvérsias, para atuar com imparcialidade quando provocado. No entanto, tal não ocorre, pois de suposta vítima passou a atuar na implacável perseguição, em tese, aos seus algozes; nomeou sua esposa ao cartório eleitoral; procedeu recadastramento eleitoral fora das recomendações do Tribunal Regional eleitoral (fazê-lo em que notadamente o município teria desproporção entre habitantes e eleitores), entrevistas na emissora local e nos jornais em que adota postura de reprimenda e con-

traria aos intentos legais dos advogados do agrupamento político PMDB, PPS e PT.

É absolutamente recomendável a troca do juiz e do delegado de Polícia desta Comarca para evitar dramas e problemas vindouros.

#### REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos setores de Habitação da Caixa Econômica Federal (CEF), solicitando a abertura de um canal de negociação entre os mutuários e a CEF para rever o valor das prestações pagas no conjunto habitacional Padre Martinho, no município de Santa Helena (ver alguns exemplos em anexo), a fim de garantir uma proposta de contrato único a todos, com prestações compatíveis com a renda e possibilidade de pagamento dos mutuários.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O direito à moradia digna é um dos princípios basilares da cidadania, sendo reconhecido mundialmente como fundamental no desenvolvimento humano. Para garantir este direito, é necessário que os moradores do Conjunto Padre Martinho possam negociar condições justas para o pagamento das prestações dos seus imóveis (casas de 25 m<sup>2</sup> de área útil, construídas pelo Cohoste e pela Caixa Econômica Federal, às quais o valor da prestação varia de R\$64,00 até R\$88,00. Enquanto que um conjunto habitacional vizinho, em melhores condições, paga prestação de R\$18,00). São 116 famílias morando em casas nestas condições, sendo que cada casa é um caso diferente.

Portanto, solicito a aprovação deste requerimento para dar esperança de uma vida melhor para todos os mutuários do Conjunto Padre Martinho.

### Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustada, nos termos do disposto do artigo 54, XXVI, da Constituição do Estado do Paraná, a expressão “e dos honorários advocatícios”, do § 2º, do artigo 2º, do Decreto nº 2473, de 24 de agosto de 2.000, do governo do Estado do Paraná, que institui o Programa de Recuperação Fiscal do paraná - Refis/PR.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de decreto legislativo tem por objetivo alterar o artigo 2º, § 2º do decreto 2463 de 24/08/2000, que institui o Programa de Recuperação Fiscal do Paraná - REFIS, especificamente no sentido de sustar a expressão “e dos honorários advocatícios” do supra citado artigo do referido projeto.

O REFIS tem por fundamento principal o incentivo à regularização de créditos tributários referentes sobre o imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Porém, no § 2º do artigo 2º do decreto, condicionou-se o benefício fiscal ao pagamento de honorários aos advogados oficiais do Estado do Paraná, simplesmente bastando que a execução fiscal fosse ajuizada. Em síntese, o citado artigo pretende o pagamento antecipado dos honorários advocatícios aos Procuradores do Estado, pretensão esta severamente contrária ao espírito do decreto.

Ora, se o Estado almeja a facilitação da composição do débito fiscal, é no mínimo contraditória a exigência de pagamento antecipado de honorários advocatícios, vinculando a aceitação do pedido de parcelamento a esta quitação. Logo, podemos atribuir a máxima “dá-se com uma mão e tira-se com a outra” ao artigo 2º, § 2º do Decreto nº 2473.

Tal exigência caracteriza-se pela ilegalidade, pois não se pode condicionar um benefício fiscal e genérico, logo de ordem pública, à liquidação antecipada de honorários advocatícios. Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Paraná já posicionou-se contrariamente ‘a exigência dos honorários, haja visto o Acórdão nº 3510 da Quinta Câmara Cível, tendo como relator o desembargador Antônio Gomes da Silva, onde proferiu-se que em face do parcelamento de débito fiscal, não se cogitará da exigência do pagamento de verba correspondente a honorários advocatícios.

O Acórdão nº 15941, julgado pela Segunda Câmara Cível, relatado pelo juiz Ronald Schulman, julgou descabida a exigência de honorários advocatícios, pois tal condicionamento viria frustrar o objetivo da educação do diploma legal, dificultando o pretendido aumento de receita pública.

A proposição apresentada é de vital importância para o objetivo pretendido pelo supra citado decreto, bem como para sua real viabilidade e aplicabilidade, pois constatamos a existência de jurisprudência e de ações, como a recente liminar deferida em favor da Associação de Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (AECIC) pela 3ª Vara da Fazenda Pública, isentando do pagamento de honorários advocatícios para obtenção do benefício fiscal.

Diante do exposto, com base nos artigos 54, XXVI da Constituição do Estado do Paraná e invocando o princípio da razoabilidade que deverá reger sempre a administração pública, propomos a alteração do artigo 2º,

§ 2º do Decreto nº 2374, sustando a expressão “e dos honorários advocatícios” do supra citado decreto.

**Projetos de Resolução:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Cria no âmbito do Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para apurar irregularidades na prestação de serviços por parte das empresas de telefonia fixa e móvel, tendo em vista as freqüentes denúncias veiculadas quanto a cobrança indevida de serviços.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor dentro de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação, conforme o artigo 123 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) DUÍLIO GENARI, TONY GARCIA, EDNO GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ CARLOS MARTINS, CEZAR SILVESTRI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, VALDIR ROSSONI, BASÍLIO ZANUSSO, CESAR SELEME, MILTINHO PUPIO, NELSON GARCIA, LUIZ ACCORSI, ÉLIO RUSCH, DURVAL AMARAL, DIVANIR BRAZ PALMA, HIDEKAZU TAKAYAMA, GERALDO CARTÁRIO E RICARDO MAIA.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição vem de encontro ao desejo popular de uma investigação nas empresas de telefonia fixa e móvel, atuantes no Estado do Paraná e que são alvo de diversas denúncias de abuso na cobrança de serviços de seus usuários.

Como exemplos de denúncias de cobrança indevidas e que tem sido veiculadas com constância na imprensa, podemos citar:

- ligações internacionais e para celular não efetuadas;
- taxas comerciais para telefones residenciais;
- serviços eventuais no item de serviços permanentes, tais como transferência de chamadas, e siga-me;
- ligações com tempo de duração indevido;
- cobrança em duplicidade;
- ligações não completadas, mas cobradas na fatura;
- pagamento antecipado de fatura incorreta, para posterior averiguação.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Cria no âmbito do Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar responsabilidades quanto ao projeto e a construção do prédio do Fórum de Curitiba do Estado do Paraná, bem como para acompanhar a definição de alternativas para solução do impasse criado em razão da obra inacabada.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor dentro de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação, conforme o artigo 123 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, EDNO GUIMARÃES, RICARDO MAIA, BASÍLIO ZANUSSO, CESAR SELEME, ADEMAR TRAIANO, CEZAR SILVESTRI, DÚLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, DIVANIR BRAZ PALMA, GERALDO CARTÁRIO, ANTONIO CARLOS BELINATI, NELSON GARCIA, LUIZ ACCORSI, DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, HIDEKAZU TAKAYAMA E ELIO RUSCH.

**JUSTIFICATIVA:**

A interrupção da obra, ante a evidência de falhas técnicas, que importariam em risco de vida para os servidores e a população que o utilizaria tem acarretado incômodo contínuo à população de Curitiba, prejudicando a imagem da cidade, em face da abominável poluição visual que representa.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 418/2000

Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Estado do Paraná vedado a vender ou permutar bens e ativos relacionados a geração, produção, transmissão e outros de energia elétrica, bem como água e saneamento básico.

Parágrafo Único - O Estado do Paraná não poderá ainda ceder, a qualquer título, serviços considerados essenciais e estratégicos ao desenvolvimento do Estado e Sociedade Paranaense.

Art. 2º - O Estado do Paraná deverá nas condições atuais de concessão de rodovias estaduais ou estadualizadas, cancelar os contratos e concessões, passando aquelas atividades desenvolvidas por empresas concessionárias ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagens.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa dar melhor organização às atividades consideradas essenciais ao desenvolvimento do Estado, limitando seu poder de negociação com ativos e outros historicamente acumulados pela sociedade paranaense.

É sabido que todo Estado moderno, para atingir seus fins principais, deve manter serviços essenciais ao desenvolvimento sob sua tutela.

É o que ocorre em países civilizados como Alemanha, França e outros. O interessante é notar-se que o Brasil e os Estados brasileiros, entre eles o Paraná, pregam que o Estado deve se livrar de tais atividades para cuidar do essencial, considerando como tal a educação, saúde e segurança pública.

Entretanto, em outros países ocorre o inverso, além, de cuidar da saúde, educação e segurança pública, a sociedade mantém através do Estado os serviços essenciais como água, energia elétrica, telefonia, estradas de rodagem entre outros.

E é assim que empresas estatais da França e da Espanha e mesmo da Alemanha têm comprado ações e empresas de energia elétrica, telefonia e outras em países considerados estratégicos para seu desenvolvimento.

Cria-se um absurdo que, como o Paraná acumulou durante décadas um patrimônio e tecnologia de altíssimo nível, entrega através de um discurso fácil e falso a terceiros, denominados privados ou não, o controle daquilo que lhe é essencial.

Este projeto de lei visa equacionar a matéria limitando a tendência altamente perigosa de privatização a qualquer custo do patrimônio do povo do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 419/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Idosos Voltamos a Sorrir de Bom Princípio, com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) DUILIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

Com os Estatutos devidamente registrados sob nº 856, em 27.05.99, no Registro de Pessoas Jurídicas, 1º Ofício da Comarca de Toledo e inscritas no CNPJ nº 03.211.350/0001-95, a entidade vem realizando um exce-

lente trabalho de integração, difusão de civismo e cultura, numa convivência de pura amizade e companheirismo.

Os associados como a Entidade são merecedores do reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade, e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 420/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Amigos e Colaboradores do Centro Social Urbano Educacional Dr. Walter Fontana, com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) DUILIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade com grande alcance social, muito bem estruturada e que é mantenedora de sete unidades de educação infantil, que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade, e atua na área de atendimento aos idosos, compreendendo área de lazer, recreação, esporte, culturais, sócio-pedagógicos e de valorização ao idoso e sua família.

Devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº 508 em data de 22 de agosto de 1991, na comarca de Toledo e inscrita no CNPJ nº 78.679.115/0001/41.

Solicitamos apoio à aprovação do presente projeto de lei, para conferir a tão importante entidade a condição de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 421/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Joseti Antonio Meimberg.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2000

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Joseti Antonio Meimberg, tendo em vista a importância de seus

empreendimentos na área social, com a geração de mais de 700 empregos diretos e outros milhares indiretos graças às atividades econômicas desenvolvidas por suas empresas.

A geração de impostos impulsiona de forma significativa a economia dos municípios onde seus empreendimentos estão consolidados. Além da região Sudoeste do Estado, base principal de sua atuação empresarial, novos horizontes estão sendo abertos com a aquisição e ou implantação de novas empresas, em ramos diversificados em outras regiões do Estado, como a própria Capital.

Outro fator que destaca sua presença e importância nesse contexto empresarial, é a forma como conquistou e ampliou seus espaços, tendo iniciado praticamente do nada e conquistado sucesso pleno, o que demonstra seu tino empresarial e desenvolvimento, fator que visa e traz o progresso para o nosso Estado.

Plenamente justificada a concessão dessa honrabilidade, como prova o histórico curricular anexo, temos a convicção de que os nobres deputados aprovarão o presente projeto de lei.

Atenciosamente.

#### PROJETO DE LEI Nº 422/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída Região Metropolitana de Guarapuava, composta pelos municípios de Guarapuava, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Cantagalo, Candoi, Foz do Jordão, Pinhão, Inácio Martins e Prudentópolis para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Guarapuava terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo será composto por 7 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, devendo a nomeação de 3 (três) deles recair sobre pessoas indicadas em 3 (três) listas tríplices, organizadas pelos municípios que compõem a região metropolitana.

§ 2º - O Conselho consultivo será composto por 1 (um) representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Guarapuava, por 3 (três) representantes da sociedade civil organizada escolhidos pelos representantes dos municípios e funcionará sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O Estado do Paraná deverá prover as despesas com a manutenção e o funcionamento do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo mediante inclusão de recursos no orçamento anual.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Guarapuava e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Guarapuava, objetivando sempre que possível, a unificação dos serviços comuns;

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Guarapuava;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns;

Art. 5º - São consideradas funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Guarapuava:

I - o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, como serviço de abastecimento de água, esgoto e limpeza pública em geral;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário em geral;

V - aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental em geral;

VI - outras funções ou serviços aprovados no plano de desenvolvimento regional integrado;

Art. 6º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei complementar tem por finalidade a criação da Região Metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Região Metropolitana de Guarapuava é composta pelo município de Guarapuava, e os municípios limítrofes de Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Cantagalo, Candoi, Foz do Jordão, Pinhão, Inácio Martins e Prudentópolis.

Os municípios que a compõem têm população, território, economia, recursos materiais e serviços públicos que justificam a sua integração metropolitana.

Eles têm identidades regionais não mantêm quaisquer conflitos e enfrentam um processo de desenvolvimento social, político, econômico, industrial e comercial parecido, atendidas as peculiaridades locais.

A criação da Região Metropolitana de Guarapuava, também vai permitir-lhe que atuem com a maior desenvoltura e eficácia possíveis em áreas de interesse

comum, inclusive na obtenção de recursos ou financiamentos externos e internos para execução de obras e serviços públicos.

O presente projeto de lei complementar foi elaborado de acordo com os artigos 21 e seguintes da Constituição do Estado do Paraná, e demais disposições legais pertinentes.

O artigo 1º estabelece quais os municípios integrantes da Região Metropolitana de Guarapuava.

O Artigo 2º e parágrafos 1º '3º dispõem sobre os órgãos de gestão e consulta da entidade, sua composição e destinação anual de recursos orçamentários.

Os artigos 3º e 4º - finalmente, definem a competência dos órgãos de gestão e consultivo.

É a justificativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Queremos registrar a presença neste Plenário, de Luiz Artur Monte Ribeiro, representante do Fórum de Cultura do Paraná e diversos integrantes do Movimento pela Cultura, diversas entidades que defendem a cultura no nosso Estado, conversamos com os senhores parlamentares a respeito da votação da Lei de Incentivo à Cultura a ser votada neste plenário.

Passamos a palavra, antes do início do Grande Expediente, ao Luiz Artur Ribeiro que representa o Fórum de Cultura do Paraná, para falar sobre o assunto.

#### O SR. LUIZ ARTUR RIBEIRO

Senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, senhores deputados, senhora deputada, senhores e senhoras.

Boa tarde. Hoje no Plenarinho desta Casa de Leis, instalamos o Fórum da Cultura do Paraná, fórum este formado pelas mais variadas entidades de manifestações culturais e nosso Estado. Será sua atribuição trabalhar pela nossa cultura, a cultura paranaense, para que possamos exercer a nossa cidadania cultural.

É nesse contexto da cidadania cultural que queremos ouvir o nosso fandango, as nossas congadas, nossas violas e rabecas, ouvir o nosso sertanejo, nosso caboclo, nossos ervamateiros. Nesse mesmo contexto queremos ouvir nossos indígenas, nossos negros, nossos brancos.

Essas manifestações culturais precisam e devem ser ouvidas e além de tudo devem ser conhecidas de todos os paranaenses, pois um povo com as nossas características necessita conhecer a sua história, hoje nem sequer discutida em nossas escolas.

É importante salientar neste momento histórico para a cultura paranaense, que antes de qualquer etnia, os ameríndios foram os nossos primeiros habitantes. Os Carijós ou Guaranis do litoral habitavam então a região que pertencia à grande família Tupi-Guarani.

Vieram então os portugueses e os espanhóis. Inevitavelmente passamos pela grande vergonha nacional que foi o período da escravidão, cujos descendentes integram o povo brasileiro.

A partir de 1808, como em várias partes do Brasil, recebe nossa terra, o Paraná, grande contingente migratório por força da concessão de terras incultas e abandonadas, as sesmarias, aos estrangeiros que aqui viessem se fixar.

É assim que, em 1829, instalam-se grupos de povos da Bavária e Bukovina na região de Rio Negro; em 1847, na região do Rio Ivaí em Terezina, instalam-se os franceses; e em 1842 na região de Guaraqueçaba e Superagüi instalam-se suíços, alemães e franceses.

Já em 1853 quando o Paraná é elevado à condição de Província, usufruindo assim de autonomia político-administrativa, instalam-se em nossas terras milhares de imigrantes vindos das mais diversas procedências, tais como poloneses, ucranianos, alemães, franceses, italianos, sírios, libaneses, holandeses, ingleses, dentre outros. É notável também a participação do povo cigano. Toda essa grande imigração espalha-se pelo nosso Estado e junta-se à tal, a imigração nipônica, uma das mais recentes e que hoje está em quase todas as regiões do Paraná.

Todos esses povos contribuíram de forma expressiva para a formação sócio-cultural do Estado. Suas presenças são marcantes em nossa linguagem popular, na literatura, seja ela oral ou escrita, nas festas religiosas e típicas, nos hábitos alimentares, no folclore.

Toda essa riqueza é preservada pela sociedade civil e inclui-se aqui também os hábitos, costumes e cultura dos outros povos brasileiros como os nordestinos, gaúchos, paulistas, cariocas, nortistas, pantaneiros, etc.

Nesse momento, senhores deputados, vimos a esta Casa Suprema de Leis, cujos senhores são os nossos legítimos representantes, para solicitar-lhes em nome de toda a classe cultural do Paraná, ou seja, em nome do povo paranaense, para que Vossas Excelências aprovem a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, que tramita nesta Casa.

É através dessa lei que poderemos fomentar a nossa cultura, teremos uma efetiva participação com o poder público, e é, senhoras e senhores, com essa lei que poderemos exercer, sem sombra de dúvida, a nossa cidadania.

Queremos nesse momento, senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que Vossa Excelência seja o nosso interlocutor com o governo do Estado, para imediata aprovação da lei que beneficiará toda a comunidade cultural, e ao mesmo tempo beneficiará todos os paranaenses.

Agora, senhor presidente, entregamos a Vossa Excelência um abaixo-assinado com mais de quatro mil e quinhentas assinaturas, que é uma parte dos demais abaixo-assinados representantes das cidades do Paraná, e pedimos que o senhor faça desse abaixo-assinado o desejo e os anseios dos paranaenses, e que também esse documento seja entregue por Vossa Excelência ao senhor governador do Estado.

O Paraná tem cultura, tem cultura sim, tem artistas e tem agentes culturais que juntos poderemos fazer a nossa história.

Concluo, senhoras e senhores, citando dois grandes historiadores do nosso Estado do Paraná: Rocha Pombo, quando nos disse: “Não há geração, por maior e mais brilhante que seja, obra exclusiva de si mesma, senão, primeiro de tudo, produto de todas as que passaram”.

E Romário Martins que sabiamente disse: “Ser paranaense é até certo ponto, um acidente; ser paranista é uma glória”.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Essa Presidência agradece a presença dos representantes do Fórum da Cultura do Paraná, cumprimentos por essa luta em defesa do resgate daquilo que é indiscutivelmente uma das coisas principais de nosso Estado.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero dizer que no momento que Vossa Excelência recebe o pleito dos nossos companheiros que lutam pela cultura no Estado do Paraná, dizer que eu e o deputado Ângelo Vanhoni, vamos assinar o requerimento de urgência - mais o deputado Beraldin - na tramitação deste projeto que já foi aprovado em primeira discussão nesta Casa, - retirado na seqüência, - para que possamos ainda nesse período de pouco mais de dez dias nesta Casa, tentarmos votar nas próximas três discussões.

Peço a Vossa Excelência que considere já esse apelo verbal que faço em nome do deputado Ângelo Vanhoni, do deputado Beraldin e do deputado Orlando Pesutti também, com certeza de todos os parlamentares, que todos aqui também têm interesse na questão da cultura do Paraná.

(Aplausos)

#### O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta presidência solicita que Vossa Excelência e os demais deputados - creio que todos serão signatários - encaminhem por escrito à Mesa, para que possamos dar o regime que o projeto merece.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Pela ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

A exemplo do deputado Algaci Tulio, encareço também a Vossa Excelência e a essa Mesa, da urgência em colocarmos esse projeto na Ordem do Dia, visto que ele só terá validade desde que aprovado por esta Casa, sancionado e decretado pelo governo do Estado, ainda esse ano, para que tenha validade para o próximo ano.

Portanto, é mais do que justa a reivindicação do deputado Algaci Tulio e espero que a unanimidade desta



Casa se coloque ao lado dos interesses da cultura do nosso Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

**(Aplausos)**

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Pela ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, comunico que se encontram presentes o vereador Cláudio, do PMDB, da Fazenda Rio Grande; o vereador Ademir, do PMDB; o vereador Moura, do PSDB; e ainda o empresário Aparecido, do PSDB, da Fazenda Rio Grande, acompanhados do presidente do PMDB, da Fazenda Rio Grande, senhor Anselmo.

Gostaria de me associar ao deputado Algaci Tulio, em nome do Partido Social Liberal, estaremos votando a favor do projeto da cultura do Paraná.

Obrigado.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente registrado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Muito obrigado, senhor presidente.

Acho que o deputado Algaci Tulio corretamente teve a idéia de subscrever um pedido de urgência. Acho que ele terá o apoio da maioria dos deputados da Assembleia, porque é fácil a tramitação, inclusive, para que o governo tenha condições de orientar a aprovação do projeto, pela Bancada que dá sustentação ao governo, nesta Casa, pedir ao deputado Valdir Rossoni, que estabeleça a partir de hoje, conversas com a Casa Civil, com os setores do Estado, porque o setor da cultura já concordou, no projeto de lei - como se trata de incentivo, - alíquota de incentivo a ser destinada no ano que vem, fica encarregado o governo do Estado de decretar o regulamento. Não competirá a ela aprovar uma lei que possibilite isso.

O governo, de acordo com suas necessidades de receita e despesa, vai ter toda a condição de poder dirimir os problemas relativos às alíquotas, no decreto regulamentador ou em mensagens, que modifiquem *pari passu* a necessidade de fluxo de caixa.

O que o setor cultural precisa é de garantir, do ponto de vista da legislação, um instrumento que possa fazer uma política cultural, no Estado do Paraná, integrando o nosso Estado, construindo a identidade e mais do que isso, valorizando os artistas do Estado do Paraná - é isso que precisamos.

O deputado Algaci Tulio está de parabéns como os deputados que também se manifestaram de acordo com a necessidade e da urgência desse projeto.

Acho que é importante que discutamos, ainda, antes do final do ano - senão for aprovado este ano, o governo não terá condições, no ano que vem, porque precisa de lei. Se você for abdicar de 0,01% de qualquer

imposto, poderá só fazer isso no ano anterior ao exercício fiscal.

A cultura e o Paraná precisam que, pelo menos do ponto de vista genérico, fique aprovada essa lei, este ano. O percentual, é possível o governo fazer por decreto, quanto vai ser no ano que vem: no mês de janeiro, fevereiro, março - não há problema nisso. O que o setor cultural e os paranaenses precisam é de um instrumento de política cultural. E este é um grande instrumento!

Muito obrigado.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores, senhora deputada, caros amigos visitantes.

O Luiz Artur percorreu aqui, antes da nossa presença, nesta tribuna, o anseio de toda família cultural do Paraná, bem como deu a nós o conhecimento pelo qual a responsabilidade desta Casa, nas palavras ditas pelos oradores que me antecederam, já está empenhada. A Assembleia do Estado fará a parte no que concerne à aprovação do projeto. Esperamos que Sua Excelência o governador também faça a parte dele, que é sancionar o projeto, para que tenhamos a condição pela qual no próximo exercício, de 2001, ter o andamento que necessita o amparo à cultura do Paraná.

Tenham a certeza, os nobres visitantes, que esta Casa nunca falhou e não falhará nunca para com os interesses da família do Paraná, sejam eles quais foram e principalmente esse que é a cultura do nosso Estado. Tenho certeza que desde o presidente da Mesa Executiva e de todos os parlamentares, terão, desta Casa o aval para que possamos dar condições financeiras e dar condições realmente de soerguimento da cultura paranaense.

Mas o que nos traz a usar da tribuna, nesta tarde, é uma vez mais a imprensa falada, escrita e televisada, do nosso Estado, durante aquela Sessão que nos antecedeu, já murmurava quando levamos a notícia que novamente, nesta Casa, estariam ocorrendo fatos alheios à vontade do povo do Paraná. Quando o PSDB, em tão boa hora capitaneado pelas duas maiores lideranças nacionais, que é o senador Álvaro Dias e o senador Osmar Dias, deu o sinal verde à sua bancada, para que pudesse o povo do Paraná fiscalizar os contratos realizados, os pedágios cobrados e principalmente a aplicabilidade do dinheiro público dos jogos da natureza, quando estas duas CPI's estavam e estão prontas, dentro do Regimento Interno, fazendo na pessoa do deputado José Maria Ferreira o seu registro no protocolo desta Casa, qual foi a surpresa, senhor presidente, senhores deputados, novamente o pomar da Casa foi reativado. Parece que estão plantando, nós que ontem tivemos um dia memorável a este Parlamento, neste dia temos a infelicidade de ver cerceado o direito do povo do

Paraná fiscalizar os atos do governo do Estado! Sua Excelência o governador parece que, com uma varinha mágica, um condãozinho, manipula este, este e aquele e faz com que eles, pacificamente, assinem e apresentem o que o Paraná não deseja! O Paraná deseja, senhor presidente senhores deputados, é que esta Casa, livre, soberana e acima de tudo condignamente mostre ao Paraná os bons atos que o governo pratica mas mostre também aquilo que está escondido embaixo do tapete do Palácio Iguaçu!

Quero dizer da minha tristeza de ver, nesta tarde, recursos outros que não são aqueles legítimos do povo do Estado!

Concedo o aparte ao deputado Nereu Moura.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Luiz Carlos Zuk, Vossa Excelência falou bem, ontem demos ao Paraná uma demonstração de grandeza e hoje demonstramos que estamos desaprendendo o dever de casa. Agora é evidente que vamos questionar porque o Regimento Interno da Casa não diz que o requerimento tenha que ser protocolado na Mesa, o protocolo tem que ser feito na Casa e os nossos requerimentos foram protocolados anteriormente aos protocolos das CPI's, absolutamente menos importantes do que aquelas que queríamos investigar. Vamos questionar em cima do Regimento Interno da Casa para que a vontade do povo do Paraná prevaleça.

Todavia, deputado Zuk, a mesma indignação de Vossa Excelência é a nossa também, por mais esta armadilha, esta armação, essa tentativa de esconder a podridão que existe dentro deste governo.

Mais uma vez há uma tentativa sórdida do governo de não mostrar ao povo do Paraná o jogo sujo que envolveu a questão do pedágio e que envolveu os jogos da natureza.

E é lógico que quem teme não pode mostrar, porque quem não deve não teme, e se o governo teme é porque ele deve, e aí ele tem que utilizar de instrumentos totalmente indesejáveis para poder esconder do povo do Paraná.

Mas não vamos nos calar, deputado Zuk, vamos tentar fazer com que o Regimento Interno da Assembléia prevaleça e vamos tentar mobilizar a opinião pública do Paraná para mais esta atitude que não engrandece esta Casa, e que apenas nos coloca numa situação vexatória junto à população do nosso Estado.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Agradeço o aparte do ilustre deputado Nereu Moura, e queria continuar, senhor presidente, dizendo que o governador Jaime Lerner, deve ter alguma coisa realmente que possa não ser mostrada ao povo do Paraná, através da CPI do Pedágio e a CPI dos Jogos da Natureza.

Acredito e tenho a certeza, senhores, que alguma coisa tem porque senão não teriam plantado este pomar neste recinto.

Concedo o aparte ao deputado Irineu Colombo.

#### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Deputado Luiz Carlos Zuk, a Oposição tem tentado a todo o momento fazer com que possamos dar clareza aos fatos e às ações do governo do Estado.

Agora há pouco estivemos um projeto que institui fundo rodoviário estadual, e uma das argumentações para discutirmos melhor o projeto, é fazer com que o povo paranaense saiba o que está acontecendo quando se tem dinheiro em caixa, como é que vai ser gasto, ter um conselho de administração, ter um conselho que ajude a esclarecer este problema.

O pedágio no Paraná foi implantado numa forma obscura sem consultar o setor produtivo, a sociedade, pegou-se por delegação as rodovias federais. O governo estadual não ganhou nada do governo federal, nada, absolutamente nada, por ficar com esse pepino e cobrar do povo paranaense, e além disso quando queremos esclarecer as dúvidas com relação ao pedágio, sobretudo, são criadas várias CPI's laranjas. E acontece que agora está ficando pior porque as CPI's que foram implantadas anteriormente, algumas delas tiveram determinado vigor, outras nem tanto. Algumas estão com relatório pronto, não foram entregues exatamente para não permitir que saísse CPI do Pedágio. Então, acho que vai ficar muito ruim a situação dessas próximas CPI's, porque elas são CPI's completamente descaracterizadas, do ponto de vista do interesse geral do povo do Paraná.

São muitas delas, pelo que estou sabendo informalmente ligadas a questões federais. Já existem várias delas calcadas do Pronaf com relação ao MST, comissões de sindicância, com ampla investigação do Ministério Público, está praticamente concluído este problema.

Não identificaram nenhum desvio de recursos e agora apresentam essas CPI's.

Dia 24 de março estaremos completando 2 anos de CPI do Pedágio, haveremos de fazer um ato público para lembrar estes dois anos, e vou fazer um alerta à Bancada do governo, que não precisaria ficar com esse ônus, deixe o governo se explicar do pedágio, deixe o governo trazer à tona e esclarecer ao povo paranaense.

Não fique com esse ônus de ter que ficar os deputados que em tese não foram eles os implantadores do pedágio, ficar explicando ao povo paranaense porque não querem esclarecer a questão do pedágio.

Olha, ajudei a fazer uma manifestação lá em Santa Terezinha do Itaipu e São Miguel do Iguaçu com alguns caminhoneiros, reunimos 15 pessoas e paramos o trânsito, deputado Caíto Quintana, por quê? É a mesma coisa que torcer para o Guga ficar campeão do mundo, torcer para a seleção brasileira, é pedir para os caminhoneiros pararem por uma hora e os caminhoneiros aderem, os motoristas e tudo mais, até o motorista da ambulância aderiu, ele falou: vou ficar aqui em solidariedade, porque é um absurdo, estão prometendo a duplicação e não sai.

Então o ônus, a carga pesada que vai ficar por conta dos deputados situacionistas é muito ruim. Nós deputados de Oposição vamos ter um momento que teremos que infelizmente colocar os nossos deputados situacionistas em situação ruim de explicação perante a sociedade, porque a sociedade cobra a todos de maneira igual.

Dia 24 de março estaremos completando 2 anos da CPI do Pedágio, daí iremos ter outras CPI's que com certeza vão ter dificuldade de funcionar nesta Casa.

Muito obrigado pelo aparte.

### **O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Zuk acredito que podemos tratar esta questão sem agressão, tenho consideração por Vossa Excelência, e o pomar que Vossa Excelência está colocando não serve à minha pessoa e aos parlamentares aliados do governo, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência.

Mas quero argumentar algumas questões que acho que se trata de uma questão que envolve a economia do Paraná, e cabe a nós discutirmos.

Deputado Zuk, como Vossas Excelências estão querendo comemorar 2 anos, de pedido da CPI, também vou fazer uma comemoração. Fazem 2 anos que o líder do Governo vem dizendo aos deputados que querem a CPI nesta casa: - "que os documentos, quanto à questão das rodovias do Paraná estão à disposição de todos os senhores parlamentares.

O mesmo argumento usado pelo deputado que me antecedeu, serve para este caso. Ele diz que não fundamentamos o pedido de CPI's. Cabe a mesma coisa à CPI do Pedágio, porque não vejo nenhum argumento substantiado e que venham com documentos trazendo irregularidades.

Digo a Vossa Excelência além de tudo, que até o presente momento a Secretaria de Transportes tem uma sala com vasta documentação e, se não me falha a memória, parece-me que recebeu lá um parlamentar querendo verificar a documentação.

Outra questão, me trouxe essa semana o deputado Algaci Tulio um exemplar do Zero Hora, que é do Rio Grande do Sul. Não sei porque estas coisas acontecem, o custo do preço do pedágio, sou um pequeno empresário e também tenho dificuldades de pagar o pedágio.

A questão do pedágio do Paraná, acho que deveríamos tratar de uma forma diferente. Deveríamos primeiro constituir uma Comissão que por mim foi aprovada nesta Casa, para visitarmos os Estados, fazermos um estudo disso, compararmos o preço do Paraná e trazermos aqui todo este estudo do Brasil inteiro um comparativo, para, aí sim, propormos medidas contra à questão do pedágio.

Mas, também deputado Zuk propus aqui a forma de uma Comissão, para visitarmos o Brasil inteiro, fazermos um planilha de custos do pedágio aí começarmos a propor ao governo do Estado, talvez até a CPI. Mas, con-

duzirmos de uma forma, deputado Zuk que possamos ter o conhecimento do pedágio no Brasil.

Vejo aqui uma situação inusitada, o PMDB de um lado assina a CPI e parece que é o mal do País, hoje.

Quando se governa um Estado lá do outro lado da nossa linha de divisa, o PMDB implantou o pedágio no RS, o PT assumiu o governo do RS, não tomou uma atitude e além disso também aumentou, porque esses dias estavam com problema.

O PSDB assina também o pedágio.

Quero dizer que realmente em política você consegue ver tudo ao mesmo tempo mas estou vendo tudo isso acontecer.

Quero pedir ao nosso ilustre presidente - que vai ser provavelmente se ele aceitar, o secretário de Transportes do governo do Estado do Paraná. Quero pedir como líder do Governo ao secretário de Transportes Nelson Justus: - "secretário Nelson Justus em nome desta Bancada, quero pedir a Vossa Excelência como secretário de Transportes agora, com a sua permissão, deixe escancarada a Secretaria de Transportes para que os deputados que queiram fazer uma investigação nos documentos o façam, porque este é o desejo da Bancada do governo. A democracia se faz pela maioria e não seremos teleguiados por questões avessas, fora da nossa Assembléia. Vossa Excelência sabe o que estou dizendo. Somos maioria. Esta questão da proposição das CPI's é tudo decidido pelo voto.

A demonstração de ontem foi a demonstração de que a maioria vence. Fui um dos vencedores, fomos vencedores e acredito que com o voto que tive, vou dedicar o que tenho de melhor da minha vida, vou ser determinado, sério, honesto e vou tratar todos os deputados com dignidade e respeito. Agora, não tem nada a ver uma coisa com outra. Aqui é uma questão política que estamos discutindo, porque se fosse uma questão técnica de investigação, temos muitos caminhos para ainda chegarmos na CPI.

Não vamos ser, de forma alguma e Vossa Excelência aceite a minha posição e a da Bancada do governo. Não leve isso como ofensa. Leve como forma de exercermos a democracia. A transparência. Está feito o pedido ao futuro secretário de Transportes e não duvido da honestidade do deputado Nelson Justus e fui um oponente dele dentro desta casa e ele fez um excelente trabalho. Não me canso de dizer isso. Ele sabe e tem esses princípios, certamente vai escancarar a Secretaria de Transportes para que Vossas Excelências investiguem com profundidade para irem em busca das irregularidades.

Não adianta, abrimos os documentos há mais de dois anos e lá ninguém compareceu e aí, transforma-se isso num cavalo de batalha, querendo fazer da CPI, a solução do problema rodoviário do País e a solução do problema rodoviário do País não é a CPI. É sim, uma questão nacional.

Vossa Excelência sabe que hoje temos um governo que está adotando uma forma de governar totalmente

diferente dos antigos governos do país, privatizando, enfim, fazendo concessões de serviços públicos, muitos dos quais não concordamos, mas é uma situação nacional, e para encerrar o meu aparte e se Vossa Excelência reclamar, concedo alguns minutos da liderança do governo. Infelizmente, o governador Jaime Lerner, discordando da minha opinião, assumiu 2500 Km de rodovias federais abandonadas no Estado do Paraná e não tínhamos recursos para recuperar essas rodovias e todos os paranaenses sabem, assumiu um desgaste político muito grande.

Mas agora pergunto aos paranaenses: se não fosse essa a iniciativa de bravura e desprendimento, assumindo esse desgaste político, o que seria das rodovias estaduais do Paraná? É por aí que temos que começar a discussão dessa questão.

Desculpe por ter me alongado neste aparte.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência gostaria de solicitar aos companheiros para que não se referissem a este presidente, como secretário. Ainda não sou secretário de Transportes, aliás, sou presidente da Assembléia Legislativa, com muita honra.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Mas eu gostaria que, se Vossa Excelência fosse secretário, tivesse a mesma transparência que teve o secretário Heinz na Secretaria.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vocês me conhecem bastante e eu que os conheço, sei que, uma vez assumido qualquer posto no governo, os 54 irão me ajudar, como me ajudaram aqui, e a recíproca é verdadeira.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Irei conceder aparte ao deputado Vanhoni, mas só para fazer uma argumentação ao aparte feito pelo líder do governo, Valdir Rossoni.

Veja Vossa Excelência, que nesta Casa, quando foi iniciada a ponderação a ser feita ao governo do Estado do Paraná, tecnicamente foi juntada a documentação através de um dos senhores deputados da Oposição e mais precisamente, ao ilustre deputado, hoje prefeito eleito de Ponta Grossa, Péricles Mello, que trouxe a este Plenário, todas as distorções cometidas por uma das permissionárias que têm o lote nº 5, que é a Rodonorte. Trouxe ele, neste Plenário, documentos assinados por engenheiros qualificados, honestos e responsáveis, dizendo que aquela planilha de custos apresentada por uma permissionária, não era verdadeira. Trouxe também o preço das placas indicativas que estão assentadas nos leitos das rodovias, mostrando que aquele valor era superfaturado.

Queremos - ilustre líder do governo, além de ter essa liberdade que Vossa Excelência diz que nós desfrutamos e realmente ali se encontra, na Secretaria dos Trans-

portes, queremos ter a mesma decisão que teve o governo do Estado agora, com uma nota oficial, multou as concessionárias que utilizam as rodovias do Paraná, multou porque não estão cumprindo aquilo que foi estabelecido no contrato. Não fizeram obras e não fazem nada daquilo que é a transparência do que arrecadam.

O deputado Beraldin está ultimando os levantamentos feitos em todos os lotes do Paraná, quanto foi arrecadado e quanto está sendo gasto. Ver quanto foi gasto realmente nas rodovias e quanto de lucratividade têm esses lotes do Paraná, que foram entregues a grupos nacionais e internacionais.

Quero dizer ao líder do governo que não queremos confronto nenhum nesta Casa. Queremos, isto sim, que o governo interceda na vontade dos senhores parlamentares, porque tenho a certeza absoluta, deputado Rossoni, de que todos os representantes nesta Casa, indistintamente - Situação ou Oposição, serão cobrados nisto que está sendo fator até - não digo de deboche, não seria o termo, mas desagrado para com esta constituição de 5 CPI's, logo em seguida, quando vêm a CPI do Pedágio e dos Jogos da Natureza.

Todo o Paraná sabe, a imprensa já mostrou o dinheiro jogado fora pelos Jogos da Natureza. Lá estão apodrecendo o dinheiro público daqueles assalariados do Estado que pagam religiosamente os seus tributos. Lá está sendo corroído pelo tempo, o dinheiro do ICMS, do pequeno, do médio e do grande industrial, comerciante do nosso Estado. Lá está abandonado à vergonha deste governador, que não quer de forma nenhuma, que mostremos ao Estado os responsáveis pelo jogo - fora do dinheiro público, nos Jogos da Natureza.

Vieram aqui figuras internacionais, que se mostramos a realidade daquilo que foi efetivado pelos Jogos da Natureza, eles não voltam mais aqui. Porque eles foram usados, manipulados, para mostrar para o Paraná, para mostrar para o Brasil e para o mundo, uma mentira de solo paranístico. Se eles voltassem hoje naquele local das competições que foram realizadas, teriam vergonha - como eu tenho como paranaense - de ver o dinheiro jogado fora. Isso que nós não queremos. O que queremos é mostrar a verdade para o Paraná.

Concedo aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

O líder do governo, acho que em primeiro lugar é registrar que o procedimento feito pela Bancada do Governo é um procedimento que dá apoio ao governo, é um expediente que desonra e desqualifica o Poder Legislativo.

No Congresso Nacional a Bancada que dá sustentação ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que é composta por inúmeros partidos, não se comporta desta maneira, senhor presidente. Há CPI's em curso no Congresso Nacional fiscalizando a Sudene. Há CPI's em curso para discutir - estão arrecadando assinaturas - para ver o problema da Sudan, com base de apoio do presi-

dente da República. Há inúmeras CPI's no Congresso Nacional que o foco é endereçado à má administração dentro do governo federal. E isso demonstra para a população do nosso País a independência e a autonomia do Poder Legislativo, por mais influência que tenha o Poder Executivo no Congresso Nacional. Aqui o governo abre mão de qualquer discussão sobre qualquer problema do ponto de vista da administração pública.

Ninguém está acusando o secretário Heinz de qualquer irregularidade. Mas, que é fato notório que o superfaturamento nas obras pelas concessionárias do pedágio em todo o Estado do Paraná foi inúmeras vezes comprovado aqui na Assembléia Legislativa. E não está se discutindo - como o deputado Valdir Rossoni - numa atitude diversionista, tenta causar confusão aos senhores deputados, não está se discutindo em tese a questão do pedágio, seja do PMDB - implantado no Rio Grande do Sul; seja do PSDB, implantado em qualquer outro Estado; seja do PT, implantado em qualquer outro Estado. O que está se discutindo é o levantamento sistemático das irregularidades, do superfaturamento nas obras realizadas pela concessionária. Mais do que isso, no cálculo da planilha que onera a produção do Estado do Paraná e que onera o conjunto da população do nosso Estado. E para isso, o nosso dever, a nossa atribuição é constitucional, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mais uma atitude do líder do governo, diversionista, tentando confundir a Oposição, a opinião pública e a imprensa, dizendo que o governo do Estado do Paraná ficou com dois mil e quinhentos quilômetros de estradas federais absolutamente abandonadas. É verdade que ficamos, estávamos com estradas federais absolutamente abandonadas. Mas também é verdade que o Estado do Paraná cobra, há anos, taxas no emplacamento dos veículos do Estado do Paraná, que esses recursos deveriam ser destinados para a manutenção das estradas e metade desses recursos repassados para os municípios. E que nós sabemos que, sistematicamente, esses recursos foram buscados do Detran, essas taxas cobradas do povo do Paraná, para suprir os problemas de caixa de campanha criados pela má administração e pela irresponsabilidade do governador Jaime Lerner, do senhor Miguel Salomão, do senhor Giovanni Gionédís, na condução econômica e no planejamento deste Estado.

Será que o líder do governo - deputado Valdir Rossoni, sabe qual é a quantia de arrecadação do IPVA? Estamos agora para discutir o IPVA, novamente. O senhor presidente da Assembléia, que pode assumir a Secretaria dos Transportes, sabe o montante de arrecadação desses valores? Chega a duzentos milhões de reais, no Estado do Paraná. Sabe quanto as concessionárias gastaram, isto dito pelo seu antecessor, se o senhor for designado secretário dos Transportes, o senhor Heinz Herwig, sabe quanto as concessionárias gastaram para fazer toda a capinagem, a pintura das estradas, o tapa-buraco em todas as estradas do Paraná, porque até agora nenhuma duplicação foi feita, a não ser a Rodonorte, que duplicou perto de

Tamarana, duplicou mil seiscentos e cinquenta metros apenas, e inconclusos até agora. Sabe quanto foi gasto, e ainda com dinheiro financiado com o aval do BNDES? Oitenta e sete milhões de reais para fazer essa melhoria em todas as estradas do Estado do Paraná, e que foi um empréstimo que o governo do Estado do Paraná ainda ficou como aval.

Escuta, vamos parar? Querem discutir seriamente a aplicação dos recursos do Estado do Paraná, se não é necessário uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue, que possa orientar, que possa dirigir, que possa alertar os administradores públicos de como vem fazendo. Agora, papel feio é esse que a Bancada do Governo faz, ao abdicar da possibilidade que façamos uma investigação sobre os problemas nas estradas do Estado do Paraná e no pedágio. Este não é um comportamento sério. O povo do Paraná não precisa deste comportamento...

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, Questão de Ordem.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

...de apor cinco CPI's para ir pedir para que a Assembléia Legislativa possa funcionar com a sua atribuição constitucional, que é o de fiscalizar o Poder Público. Acho que o governo tem outros expedientes. Põe maioria na CPI, atropela, não manda as informações, faz como os expedientes. Mas, é na realidade aprisionar, manietar o poder constitucionalmente constituído como o nosso, de fiscalizar o governo do Estado do Paraná, as administrações públicas, fazendo este expediente de apor cinco CPI's fantasmas, CPI's "laranjas", que não vão funcionar, é só no artifício regimental para impedir que a minoria ou que hoje é a maioria com poder constitucional de poder buscar informações, que sabemos que não há informações! Não adianta o Rossoni vir com este "blá-blá-blá", dizendo que na Secretaria dos Transportes...

**O Sr. Valdir Rossoni**

"Blá-blá-blá" é Vossa Excelência quem está fazendo, que quer ditar normas na Casa, do que é sério e do que não é sério!

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Então, o líder do governo vem com diversionismo. Eu gostaria que o líder do governo engrandecesse o papel do Legislativo, como lá os seus companheiros no Congresso Nacional, quando têm evidências de superfaturamento, eles acabam aceitando a imposição da minoria, democrática, na fiscalização, constituindo as CPI's. É este o procedimento que devemos ter, para garantir a respeitabilidade do povo do Paraná em relação às nossas instituições. Porque do contrário, senhor presidente, do contrário a barbárie estará instalada.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Informo ao deputado Luiz Carlos Zuk, que Vossa Excelência tem apenas cinco minutos a mais.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Quero conceder aparte aos deputados Caíto Quintana, Moysés Leônidas, Ricardo Chab, Beraldin, Hermes da Fonseca e também ao deputado Sérgio Spada.

#### O Sr. Caíto Quintana

Deputado Zuk, esta colocação no Parlamento, de que os documentos estão à disposição, é diminuir, o Vanhoni coloca bem, é diminuir o Parlamento. Não temos que ir buscar documento nenhum. Eles têm que trazer. A grandeza do Parlamento está, exatamente, numa Comissão Parlamentar, que peça às autoridades que tragam os documentos que nos interessam. Já ouvi o deputado Valdir dizer que tem uma sala cheia de documentos. O que é que vamos fazer? Vamos lá, ficar esmiuçando documentos, levantando documentos, pegando documentos? Não! Queremos uma CPI com assessoria, que possa levantar dados, porque os dados nós já temos.

Vossa Excelência coloca bem, também o deputado Péricles colocou com precisão - ele que é engenheiro - desta tribuna, determinados dados. É diminuir a Assembléia! Interpretar que nós temos que ir atrás, seria como o governo não fazer prestação de contas, não publicar balanço. Porque quem quisesse, que fosse lá fiscalizar, na contabilidade pública, procurar as notas! Não! Isto não é o que acontece num Parlamento.

O deputado Vanhoni coloca o pagamento do IPVA. E o ICMS sobre o frete? E agora, na semana, quando recebi uma informação do DER de um pedido de informações a respeito de quem estava retirando as árvores das margens das rodovias. E a resposta do DER, deputado Waldyr Pugliesi, é que a concessionária do trecho Curitiba - Ponta Grossa, está tirando as árvores de trinta, quarenta anos, da beira da estrada. Mas ela tem que cortar, transportar e tirar o resíduo. Quer dizer, o custo é cortar e transportar. Só o que faltava era o DER cortar as árvores e entregar no pátio da concessionária. Quer dizer, aquilo que poderia servir num projeto que estávamos votando, para que os municípios pudessem tirar aquelas árvores e com aqueles cubos de madeira construir casa popular de baixa renda, para os moradores do município, não! Foi dado de presente para as concessionárias, como está sendo dado de presente um outro assunto que o senhor levanta sistematicamente, aqui, que é a questão do gás às margens da rodovia.

Então, acho que estes dados têm que ser levantados, mas levantados numa CPI, porque a diferença é que, numa CPI, juridicamente, é responsável quem responde, pelas respostas que deu, pelo falseamento da verdade, pelas respostas que não dá também. Enquanto que se formos numa sala do DER, iremos estar condicionados a encontrar aquilo que nos puserem à disposição.

E, iremos ter uma reunião logo após esta sessão, porque estamos com fortes indícios de que fomos enga-

nados nesta CPI. Fomos enganados! E, daqui para a frente, deputado Zuk, só deveremos assinar e aceitar assinaturas de quem tiver coragem também de pedir uma CPI e sentar do lado de cá. E, de votar a favor ou contra os projetos de forma com a Oposição, senão seremos enganados nesta Casa e ridicularizados como se tivéssemos "comido barriga".

#### O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Zuk, acho que este tema poderia ser discutido por 2 ou 3 dias, porque cada um tem seu ponto de vista. Quero concordar com o que Vossa Excelência está colocando e quero dizer mais: não podemos, aqui na Assembléia, agir com a ingenuidade de achar que botamos uma disposição regimental, abrindo outras CPI's. Com esta nossa ingenuidade, o povo vai acabar entendendo lá fora. É muito engano!

O povo, e em especial o povo do Paraná, estará hoje dotado de uma malícia total com relação às coisas que acontecem. O desgaste do governo é latente e é uma pena que isto esteja acontecendo, porque afeta o povo do Paraná. Não só com a questão do pedágio, que é caro, um caça-níquel, uma vergonha. Em todos os segmentos no Paraná, não existe ninguém que tenha dito o seguinte: estamos descontentes com a idéia do pedágio ou da duplicação das estradas.

E, entendermos que a sociedade não vai entender um remédio regimental é bobagem, isto vai cair em cima da Assembléia e afetar quem está de um lado ou de outro, quem assinou e quem não assinou.

Vejo, por exemplo, um posicionamento impressionante do governo: o governador fritou num fogo alto, na frigideira quente, a senhora Alcyone Saliba, durante quinze dias. E depois, foi um desencanto total na categoria dos professores, porque, já que não têm aumentos, não têm a carreira respeitada, pelo menos ia sair uma pessoa considerada não grata na educação. E, de repente, o governo reaproxima e reconvida e, o que é pior, ela aceita!

Então, fica muito difícil a qualquer interlocutor, a qualquer deputado, em qualquer segmento, achar que estamos tapando o sol bem tapado e eles não estão enxergando. É bobagem! Na minha cidade, a resposta foi dada e o candidato do partido do governo entrou como o menos rejeitado e saiu como o mais rejeitado e menos votado. Prenderam um doleiro que esquentava o dinheiro deste povo em Londrina, e o pessoal está brincando que à partir de ontem diminuiu a população de Londrina, porque, com a prisão do doleiro, muita gente saiu pela janela e tem gente correndo até agora, está sumido da cidade.

Portanto, acho que chegou a hora de a Assembléia deixar de ser ingênua. Se acharmos que, com qualquer remédio regimental vamos esconder do povo, estamos enganados, porque estou sentido isso na pele, aonde eu vou.

Sábado a noite, numa festa de casamento na cidade de Londrina, onde estavam as pessoas da elite recla-

mando, os garçons fizeram coro com todo este estado de coisas, porque o garçon também paga pedágio. Eu vou à sauna e vejo os representantes comerciais, os autônomos, que não agüentam mais e não têm com quem falar, e o governo ri na cara da gente!

Então, não se trata nem da assinatura de “a” ou “b”, é uma questão de posicionamento. Esta Assembléia, no meu cálculo, até como advogado e homem de imprensa, corre o risco de passar como a pior da história do Paraná, exatamente porque está dando aval a um grupo que não respeita seus aliados e eu já tenho visto aqui.

Portanto, acho que a CPI pode não ser um remédio, mas é uma esperança, pelo menos do povo do Paraná, de não ver triunfar estas falcaturas que estamos vendo por aí.

Quando passo por essa estrada - e o deputado Vanhoni não deve andar por lá, mas é um trajeto meu - foi feito ali, da Holandesa para cá, o alargamento dessas estradas, sem acostamento, sem manutenção, e volto a dizer a Vossa Excelência, uma vergonha para um Estado que quer se posicionar dentre os fortes da Nação.

Acho que se a Assembléia pensar que vai tratar com essa ingenuidade nossa aqui e que vamos brincar de esconde-esconde, só tapando o rosto, nós vamos, deputados, acabar mostrando as vergonhas para o povo do Paraná. Quem viver, verá.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou solicitar a Vossa Excelência, que ocupou o horário já por quase quarenta minutos, que encerre o seu pronunciamento. Os deputados que desejam apartear-lo, poderão usar o Horário da Liderança dos seus respectivos Partidos.

Vossa Excelência usou o Grande Expediente, o Pequeno, o médio, o Horário das Lideranças, usou todos. Eu não posso.

Por gentileza, deputado Zuk, conclua.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, voltaremos nesta tribuna com os dados do ilustre deputado Beraldin, que eu concedo este minuto final para que ele encerre a minha participação nesta tribuna.

#### O Sr. Neivo Beraldin

Já que Vossa Excelência faz o apelo, quero, rapidamente, se o senhor presidente permitir, cumprimentar Vossa Excelência, e dizer que é mais que evidente, é óbvio, o que se quer é transparência. E o que os deputados estão querendo é exatamente esta transparência, e me parece que o governo agiu mal em orientar os seus deputados, no sentido de que estas comissões não fossem instaladas.

No entanto, senhor presidente, já que Vossa Excelência aperta a campanha, eu requeiro a Vossa Excelência que determine que venha para a Ordem do Dia o decreto legislativo que susta o decreto do Execu-

tivo na questão do alongamento das concessões de transporte coletivo no Estado do Paraná. O governo alongou por decreto. Tinha que ter feito uma concorrência pública, por isso sugeri um decreto legislativo e até hoje não veio na Ordem do Dia.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PL.

(Declina)

PTB. Com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados, para abrir aqui o meu pronunciamento, inicialmente quero dizer que não quero cercar o direito de ninguém aqui a tomar a atitude que queira tomar. O deputado que quiser subscrever mil CPI's é um direito parlamentar. Quem sou eu aqui para dizer que não. Agora o que não pode, deputado Vanhoni, querer vir aqui ditar normas, normas do que é ético, do que é sério e do que não é sério.

Quero dizer ao deputado Vanhoni com todo o respeito que tenho à sua pessoa - eticamente não devo nada a ele e não vai ser ele que vai aqui dizer as normas do meu procedimento como parlamentar. Os votos que fiz, pelo meu trabalho, pela minha seriedade e pela minha dignidade e pelo respeito que tenho pelo povo do Paraná.

Agora, ser aqui dirigido, querer dizer aqui do que é ético, do que não é ético, do que não é sério, acredito que temos aqui sim é que defender as nossas idéias, mas sempre dentro de um princípio, nunca ofendendo um parlamentar. E quero dizer ao deputado Vanhoni; o seu posicionamento, deputado Vanhoni ofende o parlamentar que discorda da sua opinião. E quero dizer que quero defender a sua posição. Vossa Excelência tem o direito de defender a sua posição, mas não querer ditar normas do que é sério, do que não é sério, do que é ético, porque isso não cabe a mim e não cabe aos meus colegas parlamentares.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, quero me somar ao seu pronunciamento. Infelizmente não pude apartear o deputado Luiz Carlos Zuk. Mas tenho defendido, e Vossa Excelência é testemunha, tenho defendido inclusive junto à Bancada do governo e junto ao próprio governo que assinássemos e implantássemos a CPI do Pedágio nesta Casa. Por essa razão assinei hoje pela manhã a CPI do Pedágio, atendendo um convite do deputado José Maria Ferreira.

Agora, não posso concordar de forma nenhum com o pronunciamento de alguns deputados que nos antecederam. Falar que é uma vergonha o nosso procedimento aqui nesta Casa, falar que atitudes que estamos tomando diminui o Parlamento, não posso aceitar isso vindo de

deputados do PMDB. Porque fui oposição nesta Casa no período de 90 a 94 e quem instituiu essa prática de cinco CPI's aqui dentro desse Parlamento foi exatamente o PMDB quando tentamos aqui criar a CPI dos Helicópteros. Com relação à taxa também que o deputado Vanhoni fala do IPVA, o IPVA, deputado Vanhoni, a taxa que é cobrada para a melhoria das estradas, só pode ser aplicada em estradas estaduais, e as rodovias que foram pedagiadas são rodovias federais.

Esse argumento não cabe. Defendo a CPI do Pedágio, e tenho certeza absoluta que no íntimo nenhum deputado da Oposição quer essa CPI, porque se realmente quisesse, deputado Rossoni, talvez pouco se aperceberam disso, a própria imprensa não se apercebeu disso, as rodovias são federais, quem delegou, quem autorizou o governo do Estado a passar essas rodovias para a iniciativa privada foi o Congresso Nacional, porque as rodovias são federais. Por que será que nenhum deputado federal da Bancada do PT, do PMDB, do PSDB não propôs uma CPI nacional do pedágio? Que inclusive investigava não só o Paraná, o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e todos os pedágios desta Casa de todo o País?

Se é que eles estão sensibilizados com o bolso do caminhoneiro eles já teriam feito uma CPI. Temos três senadores da República no Estado do Paraná; diversos deputados federais já teriam feito uma CPI lá no Congresso Federal, porque as rodovias são federais. Aqui na Assembléia Legislativa não discutimos tarifas, se cometemos um erro aqui, senhor presidente e senhores deputados, foi quando votamos a lei que autorizou as concessões de autoria do deputado Beraldin, aí sim, demos um cheque em branco quando votamos favoravelmente a lei proposta por um deputado do PSDB, que foi o deputado Beraldin. Ele propôs, e na época nem se falava em pedágio, era uma lei, a lei das concessões como foi chamado, em cima desta lei o governo do Estado passou as rodovias à iniciativa privada com a autorização do Congresso Nacional.

Aqui não discutimos tarifa, e não vamos, deputado Augustinho Zucchi com muita propriedade tem definido isso aqui nesta Casa, não será uma CPI que irá baixar a tarifa, hoje esta questão é uma questão judicial, hoje para se baixar a tarifa teríamos que anular contratos. Então, na verdade a CPI se tornou uma questão unicamente política, por esta razão tenho defendido, e tenho certeza absoluta que acabará com o discurso da oposição, e eles não querem isso. Talvez, com certeza, se quisessem a CPI já teriam proposto a nível nacional por um deputado, por um senador, porque CPI eles criam todos os dias lá no Congresso Nacional, um dia do futebol, outro dia da Nike, outro dia não sei do que, por que não a CPI dos pedágios para analisar todos os pedágios em todos os Estados da Federação?

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Quando traço, aqui, deputado Cezar Silvestri, alguns comparativos com outros Estados, também quero

dizer que não é balela, deputado Vanhoni. Porque você tem que traçar comparativos. Claro que sim! Vossa Excelência parece que no pronunciamento diz que o IPVA é um crime. Deputado Vanhoni isso é cobrado do País inteiro. Não é uma prerrogativa do Paraná. Quero dizer também, deputado, que comparando com a cobrança dos outros Estados, o Estado do Paraná ainda é o mais barato.

Quero dizer a Vossa Excelência que estou cansado, sim, de pagar impostos neste País. Pago IPVA, pedágio, 150 funcionários, que dão o seu suor para trabalhar na minha empresa e sei o que custa isso. Discuto essas questões de cadeira.

Não podemos chegar aqui e ver que, parece que tudo isso que está acontecendo, nesse País, é culpa do governador Jaime Lerner. Parece que as rodovias federais do Paraná, que foram assumidas pelo governador Jaime Lerner, não foram assumidas pelo Estado do Rio Grande do Sul e aí, não querem o comparativo.

Por isso é que discordo da posição da Bancada do PSDB, porque essa é uma política implantada, neste País, não pelo Jaime Lerner, nem pelo Brito e nem pelo Dutra, é pelo Fernando Henrique.

Não estamos aceitando as condições, porque a Oposição defende a criação de CPI's - também sou favorável. Quando vejo pronunciamentos, aqui - há dois anos estou abrindo a Secretaria de Transportes, em nome do governador, para colocar toda a vasta documentação que tem lá, senão tem que colocar um caminhão de documentos, aqui. Lá não chegou nenhum deputado, ainda, para fazer uma investigação, para fazer números - só trazem números de fantasia.

Outro dia, coloquei há alguns meses atrás a composição de uma comissão, para visitarmos os Estados, para fazermos um estudo, além do Paraná, nos outros Estados. Aí a questão começa a ser séria, a ter princípios e a ter objetivos. Se for para ser conduzido, aqui, por questões políticas, porque está se avizinando uma eleição - me desculpem, acho que não é essa a forma e não aceitaremos.

#### O Sr. Beraldin

Concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Rossoni, pela forma que meu caro e amigo colega Silvestri colocou: fui autor do projeto - e não é isso. É preciso entender bem as coisas. Regulamentamos, aqui, na Assembléia Legislativa, uma lei de iniciativa do então senador Fernando Henrique, que é a Lei das Concessões. Simplesmente regulamentamos a Lei Estadual das Concessões. Pode-se ser aí: saneamento, ferrovia, hidrovia e rodovia - não se especificou e nunca a Assembléia Legislativa se manifestou, em relação ao pedágio.

Vossa Excelência coloca que lá estão à disposição dos parlamentares os documentos. Vossa Excelência deve entender e entende, porque é um experiente deputado, que a CPI tem poderes muito além do que vistoriar pilhas



de papéis. É evidente que Vossa Excelência entende e sabe o que querem os deputados.

Os deputados que estão, aqui, querendo esta CPI, é porque já não aguentam mais o clamor - disse, aqui, o Leônidas. Eu mesmo não posso mais frequentar a sauna do Curitibano, porque todo dia, quando chego lá: “cadê a CPI do Pedágio?”. Não acho que a CPI do Pedágio possa desmoralizar o governo!

O SR. VALDIR ROSSONI

E nem eu, acho.

**O Sr. Beraldin**

O governo, que não tem o que temer, deveria instituir essa CPI.

**(Vozes paralelas juntamente com o deputado Valdir Rossoni)**

Doutor, líder do Governo, sabemos, olha eu já fui governo, sei o que é governo, acho que o governo devia ser o primeiro, se há uma dúvida, o governo tem pesquisa de opinião pública, ela chega no Palácio toda semana, é evidente que o governo sabe que a população está inquieta, em relação a isso. Estou sendo cobrado constantemente, assinei a CPI, porque, sinceramente, cheguei à conclusão que não há como conviver com os meus amigos, com meus companheiros, meus vizinhos, sem assinar esta CPI! Isso é uma questão política, é pública, e se a empresa tem que ser transparente, o governo que administra o dinheiro público, que assina, celebra contrato, em nome da população do Estado, quer esconder o quê? Montem a CPI do Pedágio, da Natureza, dos deputados vão analisar... aliás estas CPI's que estão instaladas, aqui na Casa, estão sendo tocadas sem número, abre sem membros, nas CPI's aqui há sessões que comparecem três deputados, é anti-regimental, você não pode liberar nada! Com estas CPI's vamos cobrar a presença dos membros da CPI, vamos começar a fazer, com transparência, até porque estamos aqui sendo televisionados para o povo do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

É até bom que esteja sendo televisionado e que se diga que os documentos estão à disposição, vamos contratar uma equipe técnica para ajudar os parlamentares a fazer a investigação. Porque tem que ser CPI e não pode ser uma comissão? Agora, deputado Beraldin, Vossa Excelência sabe o que está atrás disso.

Com o aparte deputado Ricardo Chab.

**O Sr. Ricardo Chab**

Líder do Governo, só gostaria de, rapidamente, e estou aqui atentamente ouvindo o debate com relação à CPI. Sou da Bancada do Governo, tenho votado com o governo mas não tive condições de me furtar na CPI do Pedágio. Por razões óbvias que competem à minha pessoa, porque lá atrás, em 1994, votei contra a Lei das Con-

cessões, ora, se lá atrás, em 94 fui contra a Lei das Concessões, por que não haveria de ser agora favorável a uma CPI do Pedágio? Porque as pessoas, como bem disse o deputado Cezar Silvestri, quero aqui enaltecer as palavras do deputado, ele foi muito feliz quando coloca a questão, hoje, é meramente política. Temos que deixar claro isso à população do Estado: sem pedágio era assim, com pedágio é assim. Agora, dá para melhorar? O que não pode acontecer é hoje a insatisfação de quem transita pelas rodovias!

Deputado, para ir para o interior do Estado você paga o pedágio mas tem que andar cerca de 30 quilômetros atrás de um caminhão. Falei isso para o deputado Rafael Greca, outro dia. Ora, por quê? Porque não há a 3ª faixa pronta! Então você paga pedágio para andar numa pista simples, sem sequer que tenhamos a 3ª faixa! Isso é um absurdo, é um despropósito! Então o que quero colocar é o seguinte: a questão política está colocada, acho que o governo pode mostrar à população do Paraná, dizer: “Olha, o pedágio chegou num momento exato e vai ter que ser assim.” Inclusive expor a realidade à sociedade, quando o próprio governo está dizendo isso, está aí a ação do governo hoje contra a concessionária, eu, pelo menos entendi assim, que as concessionárias não estão cumprindo!

Quer dizer que se as concessionárias não cumprem aquilo que assinaram com o governo, a população é que paga a conta? Então espere um pouco, tem alguma coisa errada! Por isso quero apartear-lo só para dizer o seguinte: a questão do pedágio é política e tem que ser dissecada, por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero dizer à Vossa Excelência que concordo com quase tudo que Vossa Excelência disse e quando disse que isso é uma questão política, a da CPI, aí concordo com tudo, de vez. Não estou discordando de Vossa Excelência, subi à tribuna para discordar de alguns pronunciamentos porque estão querendo ditar normas, criar atitudes, dentro desta Casa e aqui ninguém dita nada para ninguém!

Concedo o aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Deputado Rossoni, agradeço a Vossa Excelência por me conceder o aparte, mas me parece que há duas questões aqui sendo colocadas na mesma discussão.

Pois bem, uma é a questão geral do pedágio e o que isso significa para a população do Paraná. Quem acha que isso não significa nada, não tem problema nenhum. Agora, vamos tirar isso da discussão, é porque o governo federal repassou as rodovias para o Estado do Paraná, mas a população do Paraná não é contra o pedágio. A população do Paraná é contra a você descer daqui a Paranaguá, não ter uma obra sequer, e ter que ficar

pagando. Quem acha que isso não tem problema nenhum, não tem problema.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Vossa Excelência está desviando o meu pronunciamento, não estava falando disso. Queria que Vossa Excelência concluísse, para eu ter o tempo, porque certamente não vamos concordar com o seu pronunciamento.

#### O Sr. Augustinho Zucchi

Quem sabe não esteja tocando no ponto que Vossa Excelência colocou, só queria dizer o seguinte: a outra questão é de foro íntimo da Assembléia Legislativa. Tem aqui o Regimento Interno. Discordo. Não há CPI laranja. É direito regimental de qualquer parlamentar, de propor qualquer tipo de CPI através de requerimento, desde que conte com 1/3 de assinaturas dos colegas deputados.

Agora, é questão de foro de decisão da Casa, deputado Rossoni, na minha opinião, e a Casa tem que dizer porque na minha região, não falo as coisas apenas empiricamente, tenho dados. Lá na nossa região, a população consultada por pesquisa diz: que culpa do o pedágio é em primeiro lugar, 87% do governo, depois logo a seguir vêm os deputados do Paraná.

Então, protocolado ali sete pedidos de CPI, mas perceba bem, a CPI do pedágio não é apenas assinado pelos deputados da Oposição, em quatorze e mais cinco do PSDB, dezenove, não! Têm aqui outros deputados que assinaram a CPI do Pedágio, é um problema para a Casa resolver. Não vai fazer a CPI do Pedágio? Explica para a população. O deputado Augustinho Zucchi diz abertamente, disse isso para os caminhoneiros no Paraná, numa greve, acho que o resultado da CPI não vai resolver o problema do pedágio do Paraná, mas cabe à Assembléia Legislativa do Paraná dizer por que é que não vai fazer a CPI do Pedágio.

Muito bem, não vai fazer agora, tem mais cinco. Quatro meses, prorrogaram por mais cinco, final do ano que vem. Um dia vai fazer a CPI do Pedágio, até porque já está protocolado ali.

Então, são duas questões numa só.

Para concluir, deputado Rossoni, não tirar a razão do vosso pronunciamento.

Acho que uma questão é a discussão do mérito da questão do pedágio, a outra é com relação ao encaminhamento da Casa, das CPI's, que esta resposta é a Casa que deve à população do Paraná, e cada um será julgado conforme a decisão que tiver.

Muito obrigado!

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Isso é bom, a decisão de cada um, porque imposição jamais. E deputado Zuk, quando traço ali alguns comparativos, subi nesta tribuna aqui, não ia nem discutir a questão do pedágio, porque tenho uma posição desta questão do pedágio.

Acho que, ou com CPI, ou com Comissão, um deputado aqui pode fazer uma investigação da melhor forma possível, porque a Secretaria está aberta para isso.

Só subi aqui, o que não pode no momento em que uma bancada discorda da outra, ou alguns parlamentares discordam da forma de se propor uma investigação, se chama de "laranja", se falta com respeito com o parlamentar. É esta posição que quis trazer a esta tribuna, e por isso que vou defender aqui até o último dia que estiver nesta Casa, o direito de cada parlamentar de exercer a sua função como ele achar melhor.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PTB, PMDB. Com a palavra deputado Nereu Moura.

#### O SR. ALGACI TULIO (Questão de Ordem)

Apenas para esclarecer que o deputado Beraldin citou que há CPI's na Casa, sendo tocadas por dois deputados. Quero dizer que a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado tem sido tocada pela presença da maioria dos senhores parlamentares, que têm até se colocado à disposição em viagens pelo interior do Estado.

Portanto está dentro da legalidade.

#### O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

À propósito do que o deputado Algaci Tulio acaba de se manifestar, requeiro a Ata das sessões realizadas pela comissão que o nobre deputado preside, as atas de todas as sessões para que possamos constatar quantos membros participaram em cada comissão, em cada reunião.

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Não é este Plenário, foro para Vossa Excelência pedir as atas, Vossa Excelência dirige o ofício a este presidente e a CPI irá decidir.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Data vênha sou obrigado a concordar com o deputado Algaci Tulio, e não me canso de, como presidente desta Casa, elogiar o trabalho desta CPI, que tem se conduzido de maneira exemplar.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Com relação as CPI's, queremos dizer que "quem não deve não teme".

Não sei porque o governador Jaime Lerner tem calafrios toda vez que falamos em CPI's, inventa artimanhas para fugir da investigação.

Antes quero falar aqui de outro assunto, porém, antes dizer ao deputado Cezar Silvestri que não cabe ao Congresso Nacional fazer investigação na conservação das rodovias do Paraná, porque o governo federal delegou ao Paraná a responsabilidade através de contrato, de convênio e o órgão responsável para fazer a fiscalização é

a Assembléia Legislativa, porque quem privatizou as rodovias, que eram federais e que foram repassadas ao governo do Paraná, quem privatizou foi o governo do Estado.

Por isso, cabe à Assembléia Legislativa, porque quem privatizou foi o governador Jaime Lerner. Cabe a nós a responsabilidade da investigação, de verificarmos o que é que existe de tanto segredo que o povo do Paraná não pode saber.

Porque o governo faz essas manobras para que a CPI não seja instalada para descobrir fatos que temos em mãos, mas que precisamos torná-los oficiais, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

#### **O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado Nereu Moura, com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, mas tenho que discordar da sua opinião, as rodovias são federais, quem delegou ao governo do Estado poderes para conceder essas rodovias para a iniciativa privada por trinta anos, as rodovias continuam federais, foi o Congresso Nacional. As rodovias são federais se um deputado federal, um senador quiser abrir uma CPI dos pedágios de forma geral tem todo o poder e tem todo o direito.

Até porque ele pode na CPI solicitar a cópia dos contratos, o senador ou o deputado federal pode saber exatamente se as tarifas estão sendo justas, que é o argumento que Vossas Excelências têm defendido aqui na Casa.

Acredito que os deputados federais até não apresentaram porque sabem que não será a CPI que irá baixar as tarifas e que vai resolver o problema gravíssimo realmente criado, que é o problema do alto custo que hoje, está onerando os caminhoneiros.

Sempre defendi, deputado Nereu Moura, dentro da bancada de sustentação do governo e junto ao próprio governo, sempre defendi que fizéssemos essa CPI para resolvermos uma vez por todas porque hoje o problema do pedágio é um problema contratual.

Não há CPI que irá abaixar tarifa e, essa expectativa nós não devemos criar para a população.

Porque se de repente, como disse aqui o deputado Augustinho Zucchi é questão de tempo, quatro meses, cinco meses, sete meses, mas vamos fazer essa CPI como se todo o problema do pedágio ficasse resolvido após.

Não resolve e vamos frustrar toda a população paranaense.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Continuo discordando de Vossa Excelência e acho que não cabe ao Congresso Nacional e a fiscalização e, sim, a Assembléia Legislativa, porque é um ato do governo do Paraná, e temos que cumprir com essa responsabilidade.

Senhor presidente, fizemos um requerimento a esta Casa, de Pedido de Informações para que o secretário de Justiça do Paraná fornecesse uma cópia do relatório de

uma sindicância realizada na Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Chegou as nossas mãos a cópia do relatório. Tivemos a preocupação de ler todo o relatório para podermos fazer um juízo desta matéria.

Essa situação é uma situação que cabe uma indagação judicial em cima do secretário de Justiça do Paraná e em cima do secretário de Segurança Pública, José Tavares.

Houve crime de responsabilidade, porque quando descobriu-se que estava havendo trambique na Imprensa Oficial do Paraná, o secretário substituto baixou uma resolução criando uma Comissão de Inquérito, no mês de setembro de 99, há um ano e três meses atrás. Feito o relatório, feita a conclusão, no ano passado, o secretário de Justiça resolveu demitir o presidente da Imprensa Oficial no final do ano passado, porque na Comissão ficou demonstrado que havia por parte do então presidente, Ênio Malheiros a conivência ou a responsabilidade nas situações desonestas praticadas na Imprensa Oficial do Paraná. Só que o secretário de Justiça sentou em cima, literalmente sentou em cima do relatório e nada fez desde o final do ano passado. Absolutamente nada fez. Não encaminhou para o Ministério Público como deveria ter encaminhado, não encaminhou para o governador do Estado como deveria ter encaminhado e sentou e guardou o processo na sua gaveta. Fizemos o pedido de informação no mês de agosto deste ano e passem, senhores deputados, o despacho do secretário de Justiça, Taborda Ribas Neto, saiu no dia seis de novembro de 2000, portanto, um ano e dois meses após a conclusão da Comissão de Inquérito instaurada pela Secretaria de Justiça na Imprensa Oficial do Paraná onde levantou o desvio de um milhão e meio de reais, por funcionários daquele departamento público ligado ao governo do Paraná.

Então o secretário de Justiça, provocado por esta Casa, e aí a Assembléia Legislativa do Paraná cumpre com a sua mais sagrada responsabilidade de prestar serviço ao povo do Paraná, provocado por esta Casa, aí esmerou-se a dar continuidade a uma Comissão que ele havia criado e que estava sob a sua responsabilidade o relatório feito pelos membros designados. No dia 6 de novembro, ele deu um despacho encaminhando daí o processo ao governador Jaime Lerner e ao douto Ministério Público do Paraná, onde ontem, em contato que tive com o Ministério Público, localizei já nas mãos do procurador Munir Gazal, que deverá dar a seqüência nas investigações.

Poderíamos nós e poderá o Ministério Público do Paraná, enquadrar o secretário da Justiça em crime de responsabilidade, porque sabendo dos atos desatinados de mais uma corrupção no governo Jaime Lerner, aliás, falando em corrupção, esse governo é campeão, é o único lugar onde o governador Jaime Lerner poderia fazer campanha e dizer que é campeão: em escândalos, um governo eivado de escândalos. Todos os dias a imprensa denuncia e todos os dias chegam aos nossos gabinetes denúncias

de malversação do dinheiro público, denúncias de corrupção, como aquela que fizemos aqui dos diretores da Sanepar, que aumentaram os seus salários, irresponsavelmente, três dias antes das eleições para prefeitos municipais.

Então, o secretário Taborda ficou com o processo um ano e dois meses, sem dar conhecimento ao Ministério Público, sem dar conhecimento ao governador. Por isso, ele pode ser perfeitamente enquadrado em crime de responsabilidade.

Estão aqui os depoimentos, estão aqui relacionados documentos que provam que lá na Imprensa Oficial do Paraná, que tinha a responsabilidade de fazer o Diário Oficial, que tem a responsabilidade de publicar os documentos do governo do Paraná, tinha também, o início de um governo paralelo. Mas um governo de maracutaia, de desordem, de trambique. Desviando dinheiro, desviando papel, ganhando carros de comissão, fazendo licitações fraudulentas. Li o processo e em nenhum momento, deputado Beto Richa, Vossa Excelência, que foi ontem colocado como um possível beneficiário, em nenhum momento vi o seu nome envolvido nesta Comissão, e quero aqui dizer, porque li o processo, todo ele, e não aparece nele o seu nome como beneficiário desse roubo produzido na Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Fica aqui o nosso registro e vamos continuar, vamos ver a nossa assessoria jurídica, para vermos o enquadramento do secretário Pretextato Taborda, em crime de responsabilidade, por sabedor da picaretagem ocorrendo dentro da Imprensa Oficial, não tomou as providências que um homem público deveria tomar com o encaminhamento ao Ministério Público, com a aplicação dura da lei àqueles que se envolveram desonestamente com o dinheiro público do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da liderança do PSDB, concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo esta tribuna para colocar as coisas destes episódios: CPI do Pedágio e CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, dentro da Bancada do PSDB, na devida ordem cronológica do que efetivamente aconteceu. Mas antes, gostaria de dizer à Casa que nós, Bancada do PSDB, vivemos, na verdade, momentos de dificuldade. Não dificuldade criada por mim, pelos deputados Augustinho Zucchi, Beraldin, Renato Gaucho, Litro, que apoiamos o atual governador Jaime Lerner nas últimas eleições. Muito menos pelo deputado José Maria, que na última eleição apoiou o candidato a governador Roberto Requião, que perdeu a eleição. Vivemos essa crise até de identidade, em função e em circunstância da última eleição para governador.

O PSDB não teve candidato a governador na última eleição e o partido, formalmente, tomou a decisão, numa reunião do diretório, liberando seus integrantes para apoiarem quem melhor lhes aprouvesse. E nós apoiamos o governador Jaime Lerner, por isso nos sentamos deste lado do Plenário, ocupamos esta tribuna até o presente momento, confortavelmente, tranquilamente. Afinal de contas, damos sustentação a um governo que ajudamos eleger. E o José Maria, diferentemente, se sentindo à vontade ao lado da Oposição. Mas, eis que política é uma coisa dinâmica. E confesso aos senhores que a partir, principalmente do 2º turno, na eleição para prefeito, sinto necessidade premente, urgente, de que o nosso Partido, o PSDB, adote uma posição, uma postura, que seja definitiva, de apoio ou de Oposição do governo do Estado. Aliás, esta tese, deputado José Maria, defendi inclusive na reunião do dia 29 de outubro, onde por proposição de Vossa Excelência, o Partido acatou democrática e legitimamente, dizendo que o Partido fechava a questão em torno das duas CPI's.

E a Bancada do PSDB não vacilou. Desde o primeiro momento, ato contínuo, comunicamos à casa. Eu fiz questão de ocupar a tribuna, de que a Bancada do PSDB assinaria as duas CPI's, porque acatava decisão do diretório, porque reconhecia legítima e legal. Porque não tínhamos, na verdade, outra alternativa.

A partir daí, estabeleceu-se aquela discussão, se a CPI seria de onze ou nove membros. Nós propusemos uma CPI de sete membros. A Oposição concordou. Isto na terça-feira da semana passada. Na quarta-feira da semana passada, houve um pequeno incidente e aí espaço para especulação. Eu saía da liderança do PPB, fui instado por alguns jornalistas que estavam ali na porta, querendo saber se nós iríamos assinar ou propor a CPI ou não. E eu falava, naquela oportunidade: "claro, vamos propor a CPI, já estamos com cinco assinaturas". E, talvez, de forma desavisada, acabei entregando uma cópia do requerimento para os jornalistas que ali estavam.

Vim ao Plenário na quarta-feira. Entreguei cópia dos dois requerimentos ao deputado José Maria, que por sua vez consultou o deputado Orlando Pessuti, que por sua vez falou com o deputado Nereu Moura. E, como conclusão, ficou dito que a Bancada da Oposição se reuniria e na sequência me procuraria para ver se assinavam ou não o requerimento.

Mas, aí, chegou a quinta-feira e naturalmente viajei, como sempre viajo toda quinta-feira, para minha cidade, Foz do Iguaçu. No entanto, na segunda-feira à tarde, chegando de Foz do Iguaçu, primeiro ato de minha parte foi entregar uma cópia do requerimento ao deputado José Maria, a quem faltava assinar o requerimento pela Bancada do PSDB e buscar assinatura dos demais deputados.

Coincidiu que ontem não foi possível fazer o protocolo, por falta do deputado José Maria ter coletado

todas as assinaturas ou por causa da sessão especial da eleição da Mesa, o protocolo acabou sendo feito hoje.

Problema: A Bancada da Situação protocolou cinco CPI's, junto ou um pouquinho depois ou um pouquinho antes à CPI protocolada pela Oposição. O problema não é nosso. O problema não é da Bancada do PSDB, muito menos deste líder. Ato como este a Bancada da Situação poderia ter adotado semana passada ou este início de semana. Mas, só o fez hoje, justamente na hora em que aliás o deputado José Maria, pelo que me consta, protocolou um requerimento das duas CPI's.

Então, estou fazendo este tipo de colocação para estabelecer a ordem cronológica das coisas. E dizer que em momento algum a Bancada do PSDB, de forma uníssona, coesa, se prontificou a assinar este requerimento. E tomou as providências para que efetivamente isto acontecesse.

Agora, faço, talvez, pela última vez, uso desta tribuna do lado de cá, da base de sustentação do governo. E vou cobrar do meu partido, o PSDB, que tome uma atitude e que seja definitiva. É difícil, praticamente impossível, nós do PSDB, que viemos até agora do jeito que viemos, de forma coerente, diga-se de passagem, continuarmos da forma que estamos, até porque o que se vislumbra daqui para frente é o projeto político 2002. E por conversas e contatos que tive com lideranças maiores do nosso partido, senador Álvaro Dias, senador Osmar Dias, nossos membros do diretório, o PSDB tem um projeto político claro: quer lançar candidato próprio a governador, quer buscar alianças com os partidos que comunguem com os nossos propósitos, nossos projetos. E, que não se compatibilizam com o projeto do governo do Estado, em princípio. Se o caminho for por aí, seguramente bancada, o que é mais importante, vai marchar unida, coesa, ou apoiando o governo, ou fazendo oposição ao governo, mas sem mais esta dubiedade até porque é impossível mantermos este tipo de atitude porque acabamos pagando o preço de sermos Situação sem ter nenhum tipo de bônus por isso, e perdermos também o discurso da Oposição porque não estamos fazendo oposição, neste Parlamento, ao governo e ao governador que aí está.

Então, este registro que faço aqui, tem um sentido histórico para mim particularmente como líder do PSDB, mas também para o meu partido. E, a partir deste final de ano ou início do ano que vem, a bancada do PSDB, o partido, o diretório do PSDB, tem que tomar uma posição e vai tomar uma posição coerente e clara adotando atitudes de oposição ou apoio ao governo.

E, eu, muito à vontade, estarei acatando a decisão do partido e, certamente, colocando em prática a orientação do partido neste Plenário.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Sérgio Spada, acho que não foi culpa do PSDB esta manobra de montar as cinco CPI's. Não foi! Acho que, talvez, se pudéssemos enumerar um erro do

PSDB, foi o de não ter assinado a CPI anterior que já tinha 16 assinaturas. Talvez aí possa existir alguma falha, mas não agora. O PSDB assinou a CPI, os parlamentares do partido assinaram, e não pode ser debitado ao PSDB o fato de que hoje estejamos aqui discutindo mais cinco CPI's, além das duas que estávamos com as assinaturas prontas para podermos investigar o pedágio e os jogos da natureza do Paraná.

Por isso, quero me solidarizar com Vossa Excelência, e folgo em saber que Vossa Excelência, junto com seus colegas parlamentares, estão discutindo seriamente um encaminhamento diferente de comportamento aqui nesta Casa, de apoio, situação ao governo. Porque, não sou do PSDB, mas tenho bons e leais amigos no partido e, com certeza, os parlamentares do PSDB ajudarão o partido a se fortalecer no Paraná e ter um posicionamento claro perante a opinião pública.

#### **O SR. SÉRGIO SPADA**

Agradeço o aparte do deputado Nereu Moura, que é esclarecedor, e encerro minhas palavras dizendo que sem mágoas, sem ressentimentos, sem constrangimento algum, haverei de, como líder da Bancada, defender esta posição que acabo de expressar nesta tribuna, não só aqui no Parlamento, como junto à imprensa, e, principalmente dentro do meu Partido.

Concedo aparte ao deputado Beraldin.

#### **O Sr. Beraldin**

Apenas gostaria de cumprimentar Vossa Excelência e dizer que se faz justiça quando o líder do PMDB, Nereu Moura, faz estas colocações isentando em qualquer hipótese o PSDB de ter impedido a formação desta CPI; visto que foi um ato de esperteza por parte do governo.

Foram ligeirinhos, chegaram cinco minutos antes e carimbaram no relógio de cá, enquanto os outros carimbaram no relógio de lá.

Acho bobagem por parte do governo, ele deveria permitir a CPI. Transparecer a administração pública não é dever, é obrigação e no PSDB, deputado Spada, sempre tivemos liberdade de comportamento aqui. Agora, não participamos no governo Jaime Lerner e não temos nenhuma responsabilidade com os atos praticados pelo governo no Executivo. O PSDB não contribuiu com secretarias, departamentos, nada!

Então, até aqui o PSDB, digamos assim, teria liberado os deputados estaduais a ficarem à vontade em relação ao governo.

No entanto, feita a reunião estadual do partido e as duas proposições de parte do Zé Maria foram acatadas e colocadas em Ata, é evidente, todo filiado ao Partido tem que acatar ou deixar o Partido.

E olha bem, tive uma surpresa muito agradável, pela unidade dos deputados do PSDB, a unidade é absoluta e tenho certeza que os deputados sabem perfeitamente que não podemos servir a dois senhores. Temos

um projeto que é o projeto Álvaro Dias ao governo do Estado e é evidente que este projeto tem que ser levado de uma forma bastante planejada e acho que os deputados do PSDB serão de fundamental importância para este projeto. Tenho certeza que os deputados estaduais, todos, vão estar alinhados com o pensamento da liderança maior do Partido que é o nosso senador Álvaro Dias, nosso Senador Osmar Dias e o nosso diretório estadual.

Portanto, quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer que estou muito alegre em ver seis deputados do PSDB unidos no objetivo comum que é de conquistarmos o governo para corrigirmos injustiças. Esta deve ser a nossa meta e esta é nossa missão.

Muito obrigado.

#### O SR. SÉRGIO SPADA

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concordo plenamente com suas palavras. Apenas fazer um pequeno registro - o PSDB hoje não faz parte do governo, mas fez, deputado Beraldin, e com o consentimento e de comum acordo com a direção do Partido quando fui secretário de Estado de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, porém no presente momento não sou mais, a Secretaria infelizmente nem mais existe e não temos naturalmente nenhum, nenhum representante do Partido, em nome do Partido ocupando o governo do Estado no presente momento.

Portanto, a partir de agora, a partir daquele momento naturalmente o partido se sente mais liberado ou até liberado totalmente para adotar a postura que quiser adotar e que julgar mais conveniente não só para o partido, mas principalmente para o povo do Estado do Paraná. Mas faço aqui um registro e um agradecimento inclusive - deputado Beraldin, como é difícil ir no pino, de sopetão tomarmos como Bancada a atitude coesa que tomamos. É difícil. Sei o quanto custa de sacrifício, um deputado valoroso como Augustinho Zucchi que acaba de sair de uma eleição municipal onde participou ativamente e elegeu 16 prefeitos na sua base de sustentação. Mas, de forma coerente, deputado Litro, da mesma forma, coerente, e companheira, não pestanejaram, não questionaram, cataram a decisão do Partido e como líder da Bancada tenho a festejar talvez esta alegria de termos conseguido manter a Bancada unida e coesa.

#### O Sr. Beraldin

Deputado, para não sermos injustos lembrar do nosso companheiro Renato Gaúcho, deputado Litro. Olha, não esperava tamanho desprendimento, posição de grandeza. Sabemos a importância que tem, por exemplo, deputado Renato Gaúcho, não só pela expressiva votação que ele teve aqui nesta última eleição, mas pela importância que ele tem na comunicação do dia a dia, ele que fala com milhões de pessoas aqui na nossa grande Curitiba, acatou a decisão partidária, sempre solidário, por isso merecer o nosso reconhecimento público, tanto Renato

Gaúcho, como o nosso querido amigo Litro também de forma muito firme.

#### O SR. SÉRGIO SPADA

O agradecimento também em especial aos companheiros de Bancada e naturalmente ao deputado Renato Gaúcho.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (José Maria Ferreira)

Finda a hora das lideranças, passamos à liderança de Oposição.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Embora estejamos em poucos nesse Plenário, tanto na condição de deputados, visitantes e jornalistas, mas me cabe como líder da Oposição, em especial como integrante da Bancada do PMDB. E já que estamos ao longo dessa semana conversando a respeito de problemas na Copel, ou da Copel, e do governo do Estado do Paraná, não poderia deixar de registrar na tarde de hoje a nota que foi expedida ontem pela Bancada do PMDB e pelo senador Roberto Requião pedindo afastamento do presidente da Copel, e hoje também secretário de Estado da Fazenda, Ingo Hubert. Por todos os problemas que já vêm acontecendo na gestão Copel que não estão devidamente esclarecidos, e por isso os pedidos de informações aprovados por essa Casa em requerimento de nossa iniciativa, e também por aquilo que vamos relatar hoje e que já é fruto de noticiário nacional, mais uma vez colocando a nossa estimosa empresa Copel em mais uma manchete de escândalo nesse País. "Estatual estuda comprar ações da Usimar".

A Usimar, senhor presidente, é uma indústria que existe no Maranhão que produz componentes automotivos, que está sendo investigada pela Sudan, pelo governo federal, por irregularidades praticadas na ordem de um bilhão e trezentos milhões. E a Copel, mesmo após a essas investigações, já estar em curso, mesmo após já estar se noticiando irregularidades praticadas por essa empresa, Usimar Componentes Automotivos, a Copel autorizou a aplicação de treze milhões de reais na forma de participação nessa empresa.

O que causa estranheza para todos senhor presidente é que a Copel que deveria realmente zelar pela produção, pela geração, transmissão e distribuição de energia no Estado do Paraná, já que estamos aí num processo propalado de desenvolvimento, e daqui a pouco teremos por certo falta de energia elétrica em função da demanda que vai ocorrer neste Estado, ela se decide a ir no Maranhão associar-se à Usimar, que está sendo investigada pela Sudan por desvio em milhões e bilhões, para lá fabricar peças automotivas.

Por que então não se associa, ou não amplia os seus investimentos nas indústrias automotivas aqui do

Paraná? Por que tem que ir lá para o Maranhão e se associar a uma empresa, a Usimar Componentes Automotivos S/A, que está com problemas seriíssimos e sendo investigada? Mas outras coisas também nos causam estranheza: por que a Copel tem que ir financiar a criação de boi no Pará através da agropecuária, no Projeto Agropecuário Novaholanda? Por que a Copel tem que se dedicar à produção de biscoito no Estado do Mato Grosso? Por que isso?

Então, senhor presidente, faço esse breve registro porque o nosso Partido, PMDB, e o senador Roberto Requião, no dia de ontem fizeram divulgar esta nota e vamos na próxima segunda-feira formalizar um requerimento à Copel pedindo que ela nos informe qual é a participação dela nessa Usimar, quem são os sócios dessa Usimar, porque notícias dão conta de que existiria uma parceria, não posso afirmar isso porque não tenho os dados ainda da Junta Comercial do Paraná e do Maranhão, mas dariam conta de que os proprietários da Usimar lá do Maranhão seriam também sócios da Euro Import aqui da nossa cidade de Curitiba.

Não sei se é verdade, não tenho esses dados ainda, vou providenciá-los junto à Junta Comercial do Paraná e junto à Junta Comercial do Maranhão, para ver se aí temos algumas ligações que sempre estão sendo denunciadas aqui a cerca do envolvimento da Copel com este ou com aquele, à submissão da Copel a essa ou àquela pessoas. Vamos buscar essas informações. Mas o que não passa pela nossa garganta, é que a Copel tenha que ir apoiar investimentos, de criação de boi no Pará. Por que não apoia, como bem apoiou Vossa excelência, deputado Nelson Justus, como era secretário da Indústria e Comércio, o empreendimento, por exemplo, deputado Nereu Moura, do Frigorífico Porco Belo, em Laranjeiras do Sul, que sofreu, sofreu, sofreu e graças a Vossa Excelência, pode aliviar em um determinado momento do seu sofrimento.

Por que a Copel não nos ajuda, aqui, no Paraná, e vai ajudar a agropecuária do Pará? Por que não ajudou ou não ajuda as Indústrias Todeschini do Paraná - que é uma indústria tradicional do nosso Estado, que também produz biscoito? Por quê tem que ser no Mato Grosso?

Admito, senhor presidente, que pudesse participar de uma projeto hidroelétrico, afinal de contas essa é a sua finalidade principal. De repente participar de um projeto hidroelétrico em outro Estado, até seria justificável, desde que a demanda, por geração, a execução de projetos não fossem prejudicados. Porque sabemos que, agora, o Rio Iguaçu já foi aproveitado na sua totalidade. Vem, agora, o rio Piquiri, o rio Tibagi, o rio Ivaí, o rio Chopim. Temos diversos rios que poderão ter as suas usinas hidroelétricas, evidentemente, após um estudo de impacto ambiental aprovado.

Mas mesmo assim admitiria, pessoalmente, que pudesse a Copel participar, como acionista, conselheira e instrutora de uma projeto de hidroelétrica, no Pará ou no Amazonas. Ir produzir peças de automóveis, colocar din-

heiro em uma firma que está sendo investigada, pareceu-me mais uma vez a prática à qual, hoje, a Copel está envolvida, porque teve que dar as suas ações, a dos beneditos e malditos títulos podres, que mesmo depois de anunciados na CPI do Precatório, à Banestado Corretora, o Banestado foi lá e comprou mais. Agora, é a Copel, mesmo depois de anunciadas as irregularidades da Usimar Componentes Automotivos, vai lá a Copel e bota dinheiro para ajudar. É agora, quem sabe, não um título podre, mas um componente automotivo, fundido, que estará na praça nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 033/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e na venda de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche e adotar outras providências pertinentes ao assunto. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Mensagem nº 034/2000, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante de expediente, solicitando autorização para afastar-se do País, no período entre os dias 08 e 18 do corrente mês, com destino à Europa, em Amsterdã, a convite do Prince Claus Fun for Culture and Development, participar de solenidade onde será homenageado, com entrega, pelo Príncipe da Holanda, do prêmio Principal 2000 Príncipe Claus, dedicado às pessoas que contribuíram para a qualidade de vida e solidariedade nas cidades. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Maia, Edno Guimarães e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Resolução de autoria dos senhores deputados Duílio Genari, Tony Garcia, Edno Guimarães e demais senhores deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Decreto Legislativo de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre os direitos às promoções das praças reformadas ou da reserva da Polícia Militar, que estiverem afastadas na época de 1961 - 1979 (Regime Militar). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 218/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos praças da reserva ou reformados da Polícia Militar, que foram excluídos ou expulsos entre os meses de abril de 1964 a dezembro de 1969, e que foram reintegrados por decisão judicial, o direito às promoções e vencimentos, independente do curso de formação, e os que na reintegração estavam formados em curso superior, com tempo igual ao superior ao curso de formação de oficiais, ficando as notas obtidas durante o curso universitário, como equivalência.

Art. 2º - Serão concedidas as promoções, na reserva ou reforma, ao posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os limites de idade.

Art. 3º - Aos pensionistas dos policiais militares que, por ocasião do óbito, se enquadrarem no artigo 1º, estender-se-ão os benefícios ali previstos.

Art. 4º - Os direitos estabelecidos nesta lei, serão concedidos mediante requerimento do interessado ao comandante geral da Polícia Militar, que se incumbirá do apostilamento e das revisões dos beneficiados.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.2000.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional de Cascavel, em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, como órgão suplementar da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 246/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a transformar o Hospital Regional de Cascavel, do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, em Hospital Universitário do Oeste do Paraná, e transferi-lo para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

Parágrafo Único - O Hospital Universitário do Oeste integrará o Sistema Único de Saúde/SUS no âmbito do Estado, através da prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população e servirá de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE e das Escolas Superiores do Estado, que tenham currículos relacionados com as ciências da saúde, observada a legislação em vigor.

Art. 2º - As providências organizacionais administrativas e patrimoniais indispensáveis ao processo de transformação referido no *caput* do art. 1º desta lei, serão regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde, a manter lotado no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, sob sua responsabilidade orçamentária e financeira, o quadro existente de servidores estatutários, regidos pela Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, até seu remanejamento para outras unidades do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR.

Art. 4º - Fica o Poder executivo autorizado a encaminhar à Assembléia Legislativa anteprojeto de lei tratando da extinção dos cargos de direção, simbologia DCA, do Hospital Regional de Cascavel e da criação de



cargos em comissão compatíveis com a nova estrutura.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o quantitativo de empregos equivalentes às funções referentes ao cargo de Agente Universitário, da carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais do Ensino Superior do Paraná, para atender o Hospital Universitário do Oeste do Paraná, a que se refere o Capítulo II, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, na forma do Anexo I.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente lei, bem como regular a referida lei, por meio de decreto, no que lhe couber.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

## ANEXO I

### Agente Universitário

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Ajudante Geral	76
Almoxarife	02
Assistente Social	04
Auxiliar de Enfermagem	197
Auxiliar de Laboratório	08
Costureiro	02
Cozinheiro	02
Enfermeiro	28
Engenheiro Eletricista	01
Farmacêutico	05
Fisioterapeuta	02
Fonoaudiólogo	01
Médico	36
Médico Plantonista	01
Motorista	03
Nutricionista	01
Oficial de Manutenção	04
Porteiro	05

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Psicólogo	02
Técnico Administrativo	41
Técnico em Radiologia	02
Telefonista	06
Vigia	01
<b>Total</b>	<b>430</b>

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 259/2000, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estruturação do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça conforme especifica. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 259/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça (12) doze cargos de programador de Computador que passam a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Superior da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, (10) dez cargos de Operador de Computador e (3) três cargos de Eletrotécnico que passam a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Intermediário da citada lei.

Art. 2º - Fica transformado o cargo de provimento em comissão de Supervisor de Centro de Processamento de Dados, simbologia DAS-4 em (1) um cargo de Diretor de Departamento, simbologia DAS-3.

Art. 3º - Fica criado na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à secretaria do Tribunal de Justiça, (1) um cargo de provimento em comissão de Assessor de Diretor, simbologia 1-C, que passa a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(a) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

**CUSTO DA CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS  
PARA O DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA  
ANEXO I**

Transformação	Simbologia Nível	Vencimento (R\$)	Representação (R\$)	Gratificação de Produtividade (R\$)	Total (R\$)	Total Geral	Despesa Anual (X) 13
Do Cargo de Supervisor do Centro de Processamento de Dados	DAS-4	350,91	532,64		883,55		
Em Cargo de Diretor de Departamento	DAS-3	410,38	650,66		1.061,04		
<b>DIFERENÇA (DAS-3 (-) DAS-4)</b>						177,49	
<b>CRIAÇÃO</b>							
01 (um) Cargo de Assessor de Diretor	1-C	207,12	121,73		328,85	328,85	
12 (doze) Cargos de Programador de Computador	D-9	1.083,61	866,89	12,46	1.962,96	23.555,52	
10 (dez) Cargos de Operador de Computador	C-1	697,96			697,96	6.979,60	
03 (três) Cargos de Eletrotécnico	B-1	545,24			545,24	1.635,72	
Total da Despesa						32.677,18	424.803,3 4

**REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 374/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O Poder Executivo compensará, integral ou parcialmente, os débitos fiscais inscritos na dívida ativa e ajuizados até 31 de dezembro de 2000 com créditos contra a Fazenda Pública e suas autarquias, oriundos de sentenças judiciais com precatórios pendentes de pagamento até o final do exercício de 2.001.

**DESPESAS COM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA**

Despesa Mensal R\$	Despesa Anual R\$
60.006,45	720.077,40

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto e Lei nº 374/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica. **Aprovado.**

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, define-se crédito contra a Fazenda Pública do Estado e suas autarquias, o valor - atualizado e com incidência de juros até a data da compensação conforme os critérios da sentença judicial - devido pela Fazenda do Estado ou por suas autarquias ao próprio devedor fiscal ou a terceiro cedente, por força de precatório requisitório expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não penda recurso judicial com efeito suspensivo em favor da Fazenda do Estado.

Art. 2º - Apenas para os fins desta lei, fica autorizada a assunção, pela Fazenda do Estado, de créditos contra suas autarquias.

Art. 3º - O débito inscrito em Dívida Ativa não deve estar sujeito a recurso judicial com efeito suspensivo em favor da Fazenda do Estado.

Art. 4º - A compensação fica restrita aos requerimentos protocolizados na Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná em até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta lei.

§ 1º - O requerimento sujeitar-se-á a exame pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até 5 (cinco) dias, fundamentalmente, indeferir-lo apenas devido a vício formal.

§ 2º - Sanado o vício, será permitido ao devedor fiscal protocolar novo requerimento.

Art. 5º - A extinção dos débitos fiscais, realizada na forma desta lei, não dispensa o devedor do pagamento das despesas processuais.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ACCORSI - Relator

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marumbi, com sede em Marumbi e foro em Jandaia do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à senhora Virgínia Leite. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa do Pai, com sede em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes alertando sobre os males causados pelo alcoolismo. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que institui o Dia Estadual da Promoção da Saúde Bucal. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22, de 07.04.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 155/99

#### P A R E C E R :

##### Relatório

De autoria do deputado José Maria Ferreira, o presente projeto de lei dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

##### Fundamentação

Após a devida análise por esta comissão em relação aos aspectos constitucionais e legais da matéria, constatou-se que a mesma fere a Constituição Federal, pois esta limita o poder de tributar, dando competência específica tanto aos Estados, aos municípios e à União. E os Estados se organizam e se regem pelas suas Constituições Estaduais e por suas leis estaduais, mas sempre observados os princípios da magna Carta.

Outrossim, a matéria infringe legislação federal, tais como as Leis nºs 6.264/72, 6.470/73, 6.846/73, 10.100/92 - legislação que regulamenta o Funrestran.

É mister salientar ainda que compete privativamente à União legislar sobre o trânsito e o transporte e no plano estadual o órgão incumbido do desempenho das funções previstas no Código de Trânsito Nacional é o Detran.

**Conclusão**

Isto posto, este relator é compelido a se manifestar contrariamente à aprovação do projeto em análise, já que é o mesmo inconstitucional e fere a legislação federal.

Assim sendo, é o nosso parecer Contrário a sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 155/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado José Maria Ferreira, tem como objetivo dispor sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1.997, Código de Trânsito Brasileiro.

Sobre a matéria podemos observar o parecer desfavorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, em detrimento do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, entendemos ser meritório o objetivo do autor que pretendeu destinar 60% (sessenta por cento) do que for arrecadado, ao município no qual ocorreu a infração, desta forma estaremos dotando as Prefeituras do Estado de recursos para que possam ser aplicados em serviços de sinalização das vias, em educação do trânsito, dentre outras benfeitorias aos munícipes.

Desta forma, achamos que devemos nos manifestar favoravelmente à matéria, permitindo que a proposição em tela seja enviada à decisão soberana do Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 16.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
EDGAR BUENO - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiveram certificados até 30 de junho de 1999 e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.08.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****Do projeto**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo visa autorizar o chefe do Poder Executivo a incluir no nível PG7 professores que obtiveram certificado de especialização até 30 de julho de 1999.

Por sua característica o projeto procura ademais, fazer um corretivo necessário nos procedimentos administrativos da secretaria de Estado da Educação no referente à aceitação de documentos expedidos por entidades de ensino superior normalmente credenciadas junto ao Ministério de Educação.

**Do Voto**

Tratando-se de matéria afeta á exclusividade do chefe do Poder Executivo, consoante o disposto no artigo 61 da Constituição Federal, entretanto por sua peculiaridade autorizatória, somos de voto favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

O presente Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do Excelentíssimo senhor deputado Irineu Colombo, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a incluir no nível PG7, os professores que obtiveram certificado de especialização até 30 de julho de 1999.

Pela bem elaborada justificativa, entendemos justa a apresentação deste plano de lei.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se, por unanimidade, favoravelmente, inclusive pela sua peculiaridade autorizatória.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 010, de 01.03.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 047/2000****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria e após ter concluído um ano de personalidade jurídica, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca, Empresas de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral de Guaratuba - Sintrapesca. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 037, de 24.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 119/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Pesca, Empresas de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral - Sintrapesca.

Em análise elaborada anteriormente, verificou-se que a proposição não cumpria com todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, que dispõe sobre Utilidade Pública. Após recebimento do Ofício nº 228/2000, a entidade procurou sanar o vício apresentado. Verificamos, portanto, nada mais haver que possa impedir a normal tramitação da presente proposição por esta Casa de Leis.

Somos, portanto, de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2389, 2390, 2391 e 2392, de autoria dos senhores deputados Duílio Genari, Edno Guimarães, Ademar Traiano e demais senhores deputados, constantes do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimentos nºs 2408 e 2409, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni e demais senhores deputados, constantes do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimentos nºs 2438 e 2439, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com apoio dos senhores deputados Ricardo Chab, Edgar Bueno, Hermes Fonseca e demais senhores deputados, constantes do expediente. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Esta Presidência recebe a todos os requerimentos pela ordem cronológica recebida na Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, entendo que dois desses requerimentos poderiam ser devolvidos ao autor, já que anteriormente foi recebido já e apoiado por esta Casa, de iniciativa também de nobres parlamentares, dois projetos de resolução, propondo a Constituição Parlamentar de Inquérito para a telefonia móvel e para o foro de Curitiba.

Então, entendo que os projetos de resolução já recebidos e apoiados por este Plenário, têm a preferência e têm mais importância do que os requerimentos que estão sendo propostos, o mesmo teor e as mesmas assinaturas. Então, entendo que Vossa Senhoria poderia dispensar evidentemente, de encaminhamento ao Departamento Legislativo e devolvê-los aos autores já que a intenção está plenamente atendida com os dois Projetos de Resolução já aceitos por este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mantenho o despacho, deputado Orlando Pessuti, eles irão à CCJ, e quero até dizer que estou avocando a minha responsabilidade em receber todos os requerimentos, poderia até devolvê-los por achar que o número ultrapassa. Avoco a responsabilidade para esta Presidência em receber a todos os requerimentos e encaminhar sim ao Departamento Legislativo.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado e presidente Nelson Justus, esta Casa vai cada vez dando mais espetáculos.

Isto é um espetáculo na minha concepção, fizemos cinco na outra oportunidade e vai ensinar, ou quando não, deputado Nereu Moura, trazer as laranjas aqui, porque criar e acolher para cuidar de questões do MST, Pronaf e deixar uma questão, deixar de acolher questões que são de extrema competência atinentes a esta Casa, vejo com muita dificuldade se a mesa Executiva tomar esse procedimento de observar a inscrição na Mesa. O protocolo e assim reza o Regimento Interno nosso pelo qual todos devemos estar submetidos, não dizem que protocolo, protocolei às 13h15. Tenho protocolo às 14h10, às 14h14 e aí em diante.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado José Maria, tenho certeza absoluta que Vossa Excelência que ocupou esta cadeira aqui por diversas vezes, em que pese qualquer tipo de posicionamento e em grande parte concordo com Vossa Excelência, Vossa Excelência cumpriria o Regimento Interno. É o que estou fazendo agora.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

E o Regimento Interno não define a questão do protocolo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas sempre requerimentos, projetos são apresentados na Mesa.

Na outra oportunidade me neguei a receber as CPI's que não fossem na Mesa, claro que como presidente não posso rasgar o Regimento e adotar procedimentos que sejam diferentes. Concordo com o direito de esperar de Vossas Excelências, entendo tudo isso, mas

vou respeitar o Regimento Interno e não vou entrar no mérito.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência está avocando para Vossa Excelência os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, estou avocando a responsabilidade de receber acima do número que poderia receber. Estou recebendo todos para que fiquem na fila. Não precisava fazer isso.

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência poderia não receber nenhum requerimento, porque tem cinco CPI's funcionando, Vossa Excelência poderia devolver todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Nereu Moura, não preciso instalar a comissão. Isso não vou instalar, vou instalar apenas a partir do momento em que as CPI's existentes na Casa forem encerrando os seus trabalhos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Quero inicialmente agradecer a presença dos professores que vieram acompanhar a votação do Projeto 404, agradecer o deputado Elio Rusch que faz a Liderança do Governo neste momento.

Estou apresentando à Mesa, senhor presidente, dois requerimentos, procuramos no Regimento Interno e não encontramos em nenhum momento escrito, que dúvidas serão dirimidas pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, mas como na Câmara Federal havendo dúvida que permeie o Plenário, remete-se a Comissão de Constituição e Justiça para que emite parecer conclusivo interpretando do ponto de vista legal e regimental as decisões da Mesa, ou futuras decisões. Acharia que Vossa Excelência poderia entender desta forma, encaminhar esses requerimentos para que a comissão fosse devidamente provocada por esse requerimento e manifestar-se a respeito.

O primeiro requerimento senhor presidente, pela ordem: requer parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o artigo 36, do regimento Interno, sobre a imperatividade do término das atuais CPI's sobre a possibilidade da sua prorrogação. Que a comissão se manifeste sobre o artigo 36 e seus parágrafos. O outro requerimento: para que a Comissão de Justiça se manifeste sobre a validade dos protocolos do pedido de instalação da CPI, dizendo se prevalece o protocolo geral ou o protocolo da Mesa, com isso estaríamos gerando uma jurisprudência, uma decisão formal que valeria para as futuras decisões da Mesa.

Acho que seria de bom alvitre tomar essa decisão por parte da Comissão de Constituição e Justiça, aliviaria

um peso de Vossa Excelência e, também não ficaria esta polêmica permeando o nosso Plenário.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Apenas para reforçar o requerimento do deputado Colombo.

Assisti aqui hoje, às 14h30min, deputados da Situação e da Oposição, um com cinco CPI's e outro com duas CPI's. Quero apresentar primeiro a máquina e, de repente, a máquina já tinha registrado antes de começar a sessão.

Então o registro, que fique claro para todos nós, não é o protocolo da Casa, ele é aqui a máquina que marca o minuto e a hora? O que é que vale para efeito de prioridade?

Vossa Excelência recebe as sete CPI's é evidente que concluída essas cinco CPI's que estamos concluindo aqui na Casa, depois terá pela ordem, como Vossa Excelência falou as cinco primeiras.

Aí que gostaria de saber exatamente o que é a primeira, se foi registrada na maquininha e se foi registrada às 14h30min, que é o horário regimental, se vale ou não vale?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado vou avançar mais do que deveria para esclarecer. Tenho procurado ser o mais imparcial possível na Presidência desta Casa. Tenho a minha opinião própria a respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Não haveria necessidade nenhuma de termos aqui na Mesa, o protocolo, se fosse apenas para enfeite e acho que Vossas Excelências, deputado Neivo Beraldin e o partido que Vossa Excelência representa, tiveram o tempo suficiente para apresentar essas assinaturas e parece que aqui as coisas... Puxa! Por que não apresentaram ontem para evitar essa dúvida? Ou anteontem? Ora! Apresentaram hoje. A Mesa tem o dever de receber esses requerimentos. Tomei conhecimento desses requerimentos durante uma sessão em que se homenageava uma figura ilustre. E chegava uma turma, outra. O que está acontecendo? Mal tive condições de dar explicação para a imprensa sobre o que estava acontecendo no intervalo.

Ora, se existe o protocolo aqui, tenho que receber aqui. O protocolo da Casa é para receber correspondências externas. O protocolo do Plenário é para que se dirimam dúvidas aqui no Plenário e tenho que agir desta maneira. Agora, meu Deus do céu, legislamos. Segunda-feira, deveremos votar o Regimento Interno. Ainda a esse respeito consultei o deputado Caíto Quintana. Talvez se modifique alguma coisa disso, mas está claro.

Então, é um momento em que o presidente tem que ter a coragem para que se evitem discussões paralelas se é aquele que vale ou se é o lá de baixo ou o lá de cima, que essas dúvidas, sob a interpretação do Regimento Interno na sua prática, constitui-se Questão de Ordem e as Questões de Ordem serão resolvidas definitivamente pelo presidente. Por que não ontem? Por que não anteon-

tem? Todas as sete ao mesmo tempo. Acolho as sete. Não precisaria acolhê-las. Poderia perfeitamente acolher cinco. Quando terminarem as cinco, outras duas.

Muito bem. Se entrarem dez, acolho as dez e entram na fila.

Está resolvida a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. BERALDIN

Mais um caso.

Se a maquininha pode começar a registrar requerimentos regimentais antes do período legislativo das 14h30min?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Das 14h00 em diante, deputado, a qualquer momento, aqui na Mesa, pode ser recebido. Por que não? Para que existe o protocolo aqui?

No que diz respeito ao parecer da CCJ sobre o artigo 36 do Regimento Interno, remeto à CCJ até porque, deputado Colombo, tenho sentido por parte de alguns presidentes de CPI's que querem e precisam e estão solicitando mais prazo e acho perfeitamente cabível que a CCJ e este Plenário decida sobre esse assunto. Tem dois presidentes de comissões que já vieram falar comigo a esse respeito. Acho válido e Vossa Excelência me ajuda, porque iria discutir com a Plenária para ver se prorrogamos o prazo dessas duas que tem mais necessidade ou não.

Este requerimento de Vossa Excelência, na Questão de Ordem como fiz no outro caso, está aqui, remeto à CCJ.

A outra já decidi.

Requerimento nº 2394, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2395, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2396 e 2397, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2398, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2399, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2400 e 2401, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2404 e 2405, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2407, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2415, 2416, 2417, 2419, 2420 e 2421, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2422, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2423, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2429 e 2430, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2431 e 2439-A, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2432, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2433, 2434 e 2435, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2436, de autoria dos senhores deputados Geraldo Cartário, Ricardo Chab, Irineu Colombo e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2411, 2412 e 2413, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo mais, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de lei nºs 278/99, 188, 296 e 368/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 375/2000.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2000.

Marca ainda, outra Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 07, às dez horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:****EM VOTAÇÃO:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 375/2000.

**EM VOTAÇÃO:**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 155, 404/99, 047, 097 e 119/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022, 404 e 405/2000.

Levanta-se a sessão.

**Ato da Comissão Executiva:****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 338/2000**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

conceder aposentadoria, a pedido, a SOLON FONTOURA RODRIGUES, matrícula nº 407, ocupante do cargo de consultor técnico "A", nível NU-2, referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme artigo 140, inciso I, da lei nº 6174/70, combinado com o artigo 3º e parágrafo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 1-F, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9937/92; cinco (05) triênios de acordo com o artigo 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o artigo 170 e parágrafo 1º da lei nº 6.174/70, e artigo 37, inciso XIV da Constituição Federal; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, conforme artigo 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85; e um terço (1/3) de seu vencimento básico conforme o artigo 13, da Lei nº 692/93.

(Prot. nº 8323/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.10.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário  
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

**Atos da Diretoria Geral:****PORTARIA Nº 138/2000**

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de PAULO CESAR SILVEIRA DA MOTA PIMPÃO, matrícula nº 40152, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de advogado NE-07, lotado na Diretoria de apoio Técnico, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 10625/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.12.2000.

**PORTARIA Nº 139/2000**

prorrogar, a disposição funcional, do servidor deste Poder Legislativo, MARCELO MACHADO CAMARGO, junto ao Tribunal de Alçada, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 10637/2000)

**PORTARIA Nº 140/2000**

prorrogar, a disposição funcional, da servidora deste Poder Legislativo, VERA CLEVE DE OLIVEIRA, matrícula nº 41024, junto ao Tribunal de Alçada, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2001.

(Prot. nº 10638/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.11.2000.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**Atas das Comissões:**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Plauto Miró, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Carlos



Simões, Cesar Seleme e mais os deputados Marcos Isfer e Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 374/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró à Emenda nº 01 e parecer CONTRÁRIO à Emenda nº 02 - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 360/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 03) Projeto de Lei nº 359/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 04) Projeto de Lei nº 358/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 05) Projeto de Lei nº 357/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 06) Projeto de Lei nº 356/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 07) Projeto de Lei nº 355/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 08) Projeto de Lei nº 354/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 09) Projeto de Lei nº 353/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 10) Projeto de Lei nº 352/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 11) Projeto de Lei nº 351/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 12) Projeto de Lei nº 350/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 13) Projeto de Lei nº 349/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 14) Projeto de Lei nº 348/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 15) Projeto de Lei nº 347/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 16) Projeto de Lei nº 346/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 17) Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 398/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 367/2000 de autoria dos deputados Beraldin e Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 387/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati -

APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 381/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Algaci Tulio; 22) Projeto de Lei nº 259/2000, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 23) Proposição-veto nº 068/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 018/95. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 24) Proposição-veto nº 067/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 047/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 120/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 193/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 246/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk à Emenda de Plenário - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 264/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. CONCEDIDO VISTAS do deputado Orlando Pessuti; 30) Projeto de Lei nº 119/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 379/2000, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 32) Projeto de lei nº 392/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2000. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti. O senhor presidente solicita que seja encaminhado cópia da matéria a todos os deputados membros desta comissão - DEFERIDO; 33) Projeto de Lei nº 399/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2000. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti. O senhor presidente solicita que seja encaminhado cópia da matéria à todos os deputados membros desta comissão - DEFERIDO; 34) Projeto de Lei nº 341/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Algaci Tulio. 35) Projeto de Lei nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 270/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 556/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo

senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil, às catorze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da comissão, abaixo relacionados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Submeter à aprovação das contas do Paraná educação, exercício de 1999, relator Plauto Miró; submeter à aprovação das contas do governo do Estado, exercícios de 1995 e 1998. Relator deputado Luiz Accorsi. Havendo número legal de, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Luiz Accorsi, que relatou as Proposições 31/2000 e 35/2000, que tratam das prestações de contas do governo do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1995 e 1998. Após exame detalhado da matéria, e estando de acordo com a legislação em vigor, dentro das normas constitucionais, opinou pelo Parecer Favorável - Aprovado, no que foi seguido por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

**Pedido de Adesão:**

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO

Robson Luiz Ampessan, matrícula 40849, endereço Rua Pres. Taunay, 1600, bairro Mercês, cidade de Curitiba, CEP: 80430-000-PR, remuneração mensal estimada R\$654,46, CPF: 458.153.309-06, telefone: 335-3531, data de nascimento: 23.11.1964. Lotação: Serviço Odontológico.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000,

que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NE07.

(Prot. nº 5830)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Robson Luiz Ampessan

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 037ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA EM  
06 DE DEZEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Augustinho Zucchi.

Às dezessete horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 278/99, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a União Municipal das Associações de Moradores de Pitanga, com sede e foro no município de Pitanga. **Aprovado.**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 188/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à senhora Ivete Terezinha Mion Bodaczny. **Aprovado.**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 296/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 296/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Câmara Municipal de Verê, o imóvel onde funcionava a antiga Agência de Rendas do Município, lote nº 03, da quadra nº 57, sito à Rua Princesa Izabel, na cidade de verê, com área de 797,00m<sup>2</sup> (setecentos e noventa e sete metros quadrados), constituído de um prédio de alvenaria, com área total de 167m<sup>2</sup> (cento e sessenta e sete metros quadrados), coberta de telhas, assoalho, tacos, pintura a cal, dentro dos seguintes limites e confrontações: a Nordeste com lote nº 04, com 20,00m; a Sudeste com lote nº 01, com 39,85m; a Sudoeste com a Rua Princesa Izabel, com 20,00m e a Noroeste com lote nº 05, com 39,85m, referente à matrícula nº 11.951-R3 e Av. 4,11.951 do livro nº 02, do 1º Ofício da Comarca de Pato Branco.

Parágrafo Único: O imóvel será utilizado pela Câmara Municipal de Verê, não podendo ter outra destinação, sob pena de esta doação tornar-se sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos,

ficando, ainda, gravada a doação com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.11.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 368/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Ecológica Ambiental "A Missão", com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui a Região Metropolitana de Paranavaí e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. (**Publ. no D.A. nº 157, de 13.11.2000**).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 375/2000

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, institui a Região Metropolitana de Paranavaí e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala de Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 375/2000

#### **Relatório**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Accorsi, institui a Região Metropolitana de Paranavaí.

#### **Fundamentação**

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para a sua tramitação.

Chamada esta comissão a se manifestar, conforme dispõe o § 8º, do artigo 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta Comissão acima referida.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Paranavaí têm uma vida econômica e social interligada por diversos fatores como a presença de escolas de nível superior, indústrias, comércio atuante, arraigada tradição agropecuária, enfim todo um universo convergente que habilita a constituição de uma RM destinada a melhorar, a qualificar de forma planejada e permanente, o desenvolvimento global e individual de cada um e de todos os municípios por ela integrados.

A criação e a instalação da Região Metropolitana de Paranavaí é pretendida por toda a comunidade lá radicada, exigente de condições para melhoria de vida.

#### **Conclusão**

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 30.11.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### **Em votação.**

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, poderia verificar se há quórum para votação?

Pode-se requerer verificação de votação?

Porque estou aqui desde o começo da sessão e alguns deputados da base aliada se ausentaram do plenário e há um projeto de importância do governo, que é Discussão Única do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2000, que é o item seis da pauta.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vinte e cinco (25) senhores deputados presentes.

Não há quórum para a votação, apenas para encerrar a discussão dos itens números 05 e 06 da pauta.

**Encerrada a discussão.**

#### **ITEM 06**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto nº 014/2000, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o senhor governador do Estado do Paraná, a ausentar-se do País com destino à Holanda, conforme especifica. **COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

**Encerrada a discussão.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/2000

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica autorizado o senhor Jaime Lerner, governador do Estado, ausentar-se do País, com destino à Holanda, no período compreendido entre os dias 08 a 18 do corrente, com destino à Europa, a fim de, em Amsterdã, participar de solenidade onde será homenageado, com entrega pelo Príncipe da Holanda, no Palácio Real, do Prêmio Principal 2000 Príncipe Claus, dedicado às pessoas que mais contribuíram para a qualidade de vida e solidariedade nas cidades.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.12.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.